



Fonte: STCP

PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE SANTA CLARA



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Roberto Massa Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Rafael Valdomiro Greca de Macedo

INSTITUTO ÁGUA E TERRA

Everton Luiz da Costa Souza

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO NATURAL

Rafael Andreguetto

GERÊNCIA DE ÁREAS PROTEGIDAS

Jean Alex dos Santos

PARQUE ESTADUAL DE SANTA CLARA

Aline Hlatki Perazzolo

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PLANO DE MANEJO

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA.

Gerente da Divisão de Meio Ambiente

Bruno de Andrade Matuella

Coordenação Geral

Leticia Karmann Monteiro de Almeida Ulandowski

Flora

André Luís de Gasper
Guilherme Salgado Grittz
Luciano Moreira Ceolin
Sergio Sakagawa

Fauna

Alberto Urben Filho
Sérgio Augusto Abrahão Morato
Urubatan Moura Skerratt Suckow

Meio Físico

Felipe Chandelier
Fernanda Caroline Borato Xavier

Meio Antrópico

Aline Martinhago
Daniel Thá
Rafael Duarte Kramer

Uso Público

Aline Martinhago

Organização e Conteúdo do Plano de Manejo

Elífaz Harã Rosário Oliveira
Sérgio Augusto Abrahão Morato

Arte Visual

Ana Carolina Soares Vicentini

Moderação

Letícia K. Monteiro de Almeida Ulandowski

Sistema de Informações Geográficas

Dyulem Pedroso
Filipe Hasselmann de Oliveira
Juliana Boschiroli Lamanna Puga

Sumário

PARTICIPANTES DA OFICINA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO	7
MISSÃO DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA	8
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contexto da Elaboração do Plano de Manejo	11
1.2 Elementos do Plano de Manejo	13
2 PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS	17
2.1 Breve descrição da UC	19
2.2 Propósito	23
2.3 Declarações de Significância	24
2.4 Recursos e Valores Fundamentais	24
3 PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS	29
3.1 Análise dos Recursos e Valores Fundamentais	29
3.2 Análise das questões-chave	31
4 PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS	35
4.1 Zoneamento Interno e Normas Específicas	35
4.1.1 Zona de Conservação	37
4.1.2 Zona de Adequação Ambiental	38
4.1.3 Zona de Infraestrutura	40
4.1.4 Zona de Diferentes Interesses Públicos	41
4.1.5 Zona de Amortecimento	43
4.2 Normas Gerais	44
4.3 Atos Legais e Administrativos	49
5 REFERÊNCIAS	53

Lista de Figuras

Figura 1	Elementos que compõem um Plano de Manejo	14
Figura 2	Localização do Parque Estadual de Santa Clara	18
Figura 3	Distribuição das Zonas do Parque Estadual de Santa Clara.....	36
Figura 4	Zona de Conservação do Parque Estadual de Santa Clara	37
Figura 5	Zona de Adequação Ambiental do Parque Estadual de Santa Clara	39
Figura 6	Zona de Infraestrutura do Parque Estadual de Santa Clara	41
Figura 7	Zona de Diferentes Interesses Públicos do Parque Estadual de Santa Clara	42
Figura 8	Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Santa Clara	44

Lista de Tabelas

Tabela 1	Ficha Técnica do Parque Estadual de Santa Clara	17
Tabela 2	Análise do Recurso e Valor Fundamental: Elemento Abiótico	29
Tabela 3	Análise do Recurso e Valor Fundamental: Biodiversidade	30
Tabela 4	Análise do Recurso e Valor Fundamental: Elemento Cultural.....	30
Tabela 5	Análise das questões-chave para a gestão do Parque Estadual de Santa Clara.....	31
Tabela 6	Zonas do Parque Estadual de Santa Clara	36

Anexos

Anexo 1 – Mapas Temáticos

- Base Cartográfica
- Carta Imagem
- Declividade
- Drenagem
- Geologia
- Geomorfologia
- Hipsometria
- Riscos Climáticos
- Solos
- Uso e Cobertura da Terra
- Vegetação
- Vulnerabilidade Geoambiental
- Zoneamento

Anexo 2 – Lista de Espécies de Flora

Anexo 3 – Listas de Espécies de Fauna

PARTICIPANTES DA OFICINA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Aline Vignoli Souza – Instituto Água e Terra
Alline Hlatki Perazzolo – Instituto Água e Terra
Ana Letícia Aniceto Lowen – Instituto Água e Terra
Antônio de Almeida Junior – Prefeitura Municipal de Foz do Jordão
Antônio Jocélio Pereira – Morador de Candói
Carlos Hull Almeida – Instituto Água e Terra
Caroline Prochnau – Secretaria de Turismo do Paraná
Chaline Moira Côcco – SEBRAE
Claudiane Horodenski Soares – Secretaria de Turismo do Paraná
Cleverson Soares de Lima – Prefeitura Municipal de Pinhão
Daylane Helena de Moraes – Instituto Água e Terra
Elífaz Harã Rosário Oliveira – STCP Engenharia de Projetos Ltda.
Eliza de Matos – Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Candói
Emmanuel Scheleski do Amaral – Prefeitura de Foz do Jordão
Eroni Ferreira Caldas – Prefeitura Municipal de Pinhão
Gabriela Gheralde – Instituto Água e Terra
Jauri Quatrin – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Abastecimento de Foz do Jordão
Jéssica Chiafitela – Santa Clara Indústria Pasta e Papel Ltda.
Keitiane Stocki – Instituto Água e Terra
Letícia Ulandowski – STCP Engenharia de Projetos Ltda.
Luciano Henrard – Câmara Municipal de Candói
Luiz Wolff – ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
Marco Antônio Silva – Instituto Água e Terra
Renata Paz – Instituto Água e Terra
Sarah Dall’Agnol Triacca – Instituto Água e Terra
Sérgio Augusto Morato – STCP Engenharia de Projetos Ltda.
Valdir Alves – Santa Clara Indústria Pasta e Papel Ltda.
Valmir Czarnieski – Câmara Municipal de Candói
Wagner Andrade – Instituto Água e Terra
Willerson Raphael Giacomitti Gavino – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação de Pinhão

MISSÃO DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA

A missão do Instituto Água e Terra (IAT) é proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental paranaense, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade. O IAT é um órgão da administração direta do Poder Executivo do Estado do Paraná, dotado de personalidade jurídica de direito público interno, instituída pela Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019.

Cabe ao IAT, dentre outras atribuições, executar as ações do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UC) instituídas pelo estado. Além disso, é de responsabilidade da instituição fomentar e executar estratégias para a melhoria da qualidade ambiental e para o uso sustentável dos recursos naturais, programas de educação ambiental, conhecimento científico, proteção, preservação e conservação da biodiversidade nas UC do estado do Paraná e o exercício do poder de polícia administrativa ambiental.

O estado do Paraná possui 73 UC estaduais, sob gestão do IAT, sendo 53 pertencentes ao grupo de proteção integral (7 Estações Ecológicas, 1 Reserva Biológica, 4 Reservas Florestais, 2 Monumentos Naturais, 38 Parques Estaduais e 1 Refúgio de Vida Silvestre) e 20 ao grupo de uso sustentável (3 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 1 Área de Interesse Turístico, 9 Áreas de Proteção Ambiental, 4 Florestas Estaduais e 3 Hortos Florestais). Essas UC têm, dentre suas atribuições, o objetivo de promover a conservação e pesquisa da biodiversidade, da água, do solo, da regulação do clima, da geração de energias renováveis e da produção de medicamentos, gerando mais renda e lazer para cidadãos e visitantes.



01

APRESENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE SANTA CLARA

PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL
DE
SANTA CLARA

1 INTRODUÇÃO

O Parque Estadual de Santa Clara (PESC) foi criado pelo Decreto Estadual nº 6.537, de 3 de maio de 2006, abrangendo uma área de 631,59 ha, passando pelos municípios de Candói, Foz do Jordão e Pinhão.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Parques Estaduais têm por objetivo preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Pertencem ao grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI) e são de posse e domínio públicos. Entretanto, nos atos legais de criação das Unidades de Conservação, geralmente, está descrito os objetivos da referida UC. No caso do PESC, o Decreto de Criação descreve como o objetivo da UC: “a proteção integral do remanescente de Floresta Ombrófila Mista em área de ecótono com Floresta Estacional Semidecidual, da flora e da fauna, das águas superficiais e demais recursos ambientais protegidos e seu entorno.”.

Além dos atos legais de criação de uma UC, outro documento importante para gestão é o Plano de Manejo. A necessidade de que cada unidade de conservação possua um plano de manejo é definido na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC). De acordo com este dispositivo legal, o plano de manejo consiste em um documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

O atual documento se refere ao Plano de Manejo do PESC, cujo objetivo é subsidiar a gestão desta UC. Este documento apresenta a síntese dos levantamentos e análises de informações disponíveis na bibliografia e em dados secundários, assim como os resultados da Oficina de Planejamento Participativo, que garantiu a participação da sociedade no processo de elaboração do planejamento da UC.

1.1 Contexto da Elaboração do Plano de Manejo

O Plano de Manejo é o principal documento para subsidiar o planejamento e a gestão eficaz de uma UC, devendo este priorizar a proteção dos recursos naturais e, também, a manutenção dos modos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica da UC que assim o permitirem. Esse documento é obrigatório para todas as categorias de UC, conforme previsto no SNUC.

O Instituto Água e Terra (IAT), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) do Governo do Estado do Paraná, firmou contrato com a STCP Engenharia de Projetos Ltda. para a “Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Santa Clara”. Na elaboração do Plano de Manejo do PESC, o IAT adotou uma nova abordagem metodológica adaptada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ao contexto brasileiro, baseada no *Foundation Document*, do Serviço de Parques Nacionais Norte-Americanos (NPS). Essa estratégia permite integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um entendimento comum daquilo que é essencial para UC. De acordo com o ICMBio (2018), a elaboração

do Plano de Manejo deve ser realizada com a participação das comunidades locais, bem como por meio da caracterização dos aspectos ambientais e socioeconômicos da UC e da avaliação das pressões incidentes sobre ela. Estas condições visam definir o zoneamento da UC e as ações necessárias para sua gestão.

Assim sendo, o processo de elaboração do Plano de Manejo do PESC incluiu diversas etapas, como por exemplo: reconhecimento de campo pela equipe técnica da STCP Engenharia de Projetos; levantamento de dados secundários para caracterizar a UC com base em informações disponíveis na literatura e em bancos de dados oficiais; identificação e descrição dos aspectos ambientais, socioeconômicos, histórico-culturais e político-institucionais; atos normativos e legais referentes à UC; banco de dados geográficos; realização de oficinas participativas tanto com as comunidades locais como com as instituições da região; e por fim a compilação de todas as informações levantadas nesse período para a construção do Plano de Manejo.

Após a consolidação do Diagnóstico Preliminar de dados Secundários, foi iniciada uma das principais etapas da nova metodologia do ICMBIO (2018,), a participação social. Para isso foi realizada a Oficina de Elaboração do Plano de Manejo (OEPM), que teve a sua metodologia fundamentada no enfoque participativo, uma filosofia de trabalho que promove a cidadania e o engajamento de setores da sociedade mediante a valorização da diversidade de saberes do elemento humano e da participação consciente e responsável em diversos níveis e contextos. Essa oficina teve como objetivo gerar a interação interdisciplinar e multisetorial entre os distintos atores que interagem com a UC e qualificar o processo de construção colaborativa do Plano de Manejo.

Segundo o ICMBio (2018), o enfoque participativo oportuniza o surgimento de proposições criativas, inovadoras e sustentáveis, gerando identificação e comprometimento entre os envolvidos e a proposta elaborada. Essa metodologia utiliza técnicas e instrumentos que facilitam a comunicação e dinamizam o desenvolvimento organizado e integrado do trabalho, contribuindo para aumentar a sinergia, a mobilização e o engajamento dos participantes no processo. Exemplificando, enfoque participativo utiliza um conjunto diversificado de técnicas e pressupostos, tais como:

- ✓ Presença de moderadores;
- ✓ Acesso integral e facilitado às informações;
- ✓ Proposição de questões norteadoras;
- ✓ Valorização de saberes, experiências e contribuições;
- ✓ Interatividade e atividades em grupos de trabalho;
- ✓ Exposição dos trabalhos e debates em sessões plenárias;
- ✓ Registro e visualização do processo;
- ✓ Avaliação; e
- ✓ Relatório de sistematização de resultados para os participantes.

Como suporte à OEPM, foi elaborado o Guia do Participante, um documento destinado aos integrantes da oficina. Este guia descreve os conceitos de cada componente do Plano de Manejo, com o objetivo de auxiliar o entendimento dos temas abordados. Também inclui uma síntese do diagnóstico preliminar da UC realizado a partir de dados secundários, com objetivo de contextualizar o participante quanto às características socioambientais identificadas para a UC e, também, de instigá-lo a contribuir

com dados, pesquisas e conhecimentos não contemplados no material. O material foi disponibilizado em formato digital e impresso para todos os participantes.

A OEPM do PESC aconteceu nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2023, no Centro Cultural de Candói, localizada na Avenida José Antunes Fabricio, 1944 – Pioneiros, Candói/PR. Participaram da Oficina representantes de diversas instituições e atores diretamente envolvidos com a UC, como por exemplo: Instituto Água e Terra (IAT), Secretaria de Turismo do Paraná, Prefeituras de Candói, Foz do Jordão e Pinhão, Câmara de Vereadores de Candói, Santa Clara Papéis, SEBRAE e ELEJOR. O grupo da Oficina apresentou boa diversidade de atores e instituições, contribuindo à construção do plano de manejo e à gestão do PESC. Ao total, ao longo dos dois dias de oficina, 43 pessoas trabalharam e debateram os temas mais relevantes e emergenciais para a UC.

Ao fim desse processo participativo, as informações coletadas dos participantes foram incluídas nos dados secundários já obtidos e assim organizados de forma construir o planejamento, os regramentos e o zoneamento da UC, construído, assim, o Plano de Manejo do PESC.

1.2 Elementos do Plano de Manejo

Conforme sugere o Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018), o processo de elaboração do Plano de Manejo preconizou o desenvolvimento de documentos de maneira mais objetiva e estratégica, com maior celeridade, aplicabilidade e envolvimento de outras áreas técnicas, aumentando a efetividade de gestão, reduzindo custos e o tempo de elaboração do documento.

A Figura 1 apresenta as relações entre os elementos que compõem um Plano de Manejo, conforme Roteiro Metodológico (ICMBio, 2018). Os elementos principais incluem:

- ✓ Propósito;
- ✓ Declaração de significância;
- ✓ Recursos e Valores Fundamentais;
- ✓ Avaliação da necessidade de planejamento de dados;
- ✓ Zonas de Manejo;
- ✓ Atos legais, administrativos e normas gerais.

1 PROPÓSITO

2 SIGNIFICÂNCIA

3 RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

4 ZONAS DE MANEJO

5 ATOS LEGAIS, ATOS ADMINISTRATIVOS E NORMAS

SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

a. São baseados no propósito e na significância da UC.

b. São relatos chaves únicos à UC.

c. São cruciais para interligar os recursos da unidade aos valores e significados fundamentais.

d. São eficazes em aumentar o entendimento e admiração do visitante pela UC.

PARA QUE SERVE a Unidade de Conservação (UC)?
O que diz sua missão?
(Frase Curta)

POR QUE a UC é especial?
O que os visitantes podem experienciar?
(Frase Longa)

Recursos MAIS importantes.
Quais são as principais questões para o manejo? (Frase Específica)

Em QUAIS zonas a UC deve ser dividida para cumprir seus objetivos?

COMO a UC é gerida de modo geral e especificamente?

Fonte: ICMBio (2018).



02

COMPONENTES FUNDAMENTAIS

PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL
DE
SANTA CLARA

2 PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS

Os componentes fundamentais de um Plano de Manejo incluem uma breve descrição da UC, seu propósito, as declarações de significância e os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são considerados fundamentais porque geralmente estão relacionados com a razão de existir da UC e não mudam com o tempo, devendo ser considerados em planos e esforços de manejo futuros (ICMBio, 2018). A Tabela 1 apresenta a Ficha Técnica do PESC.

Tabela 1 *Ficha Técnica do Parque Estadual de Santa Clara*

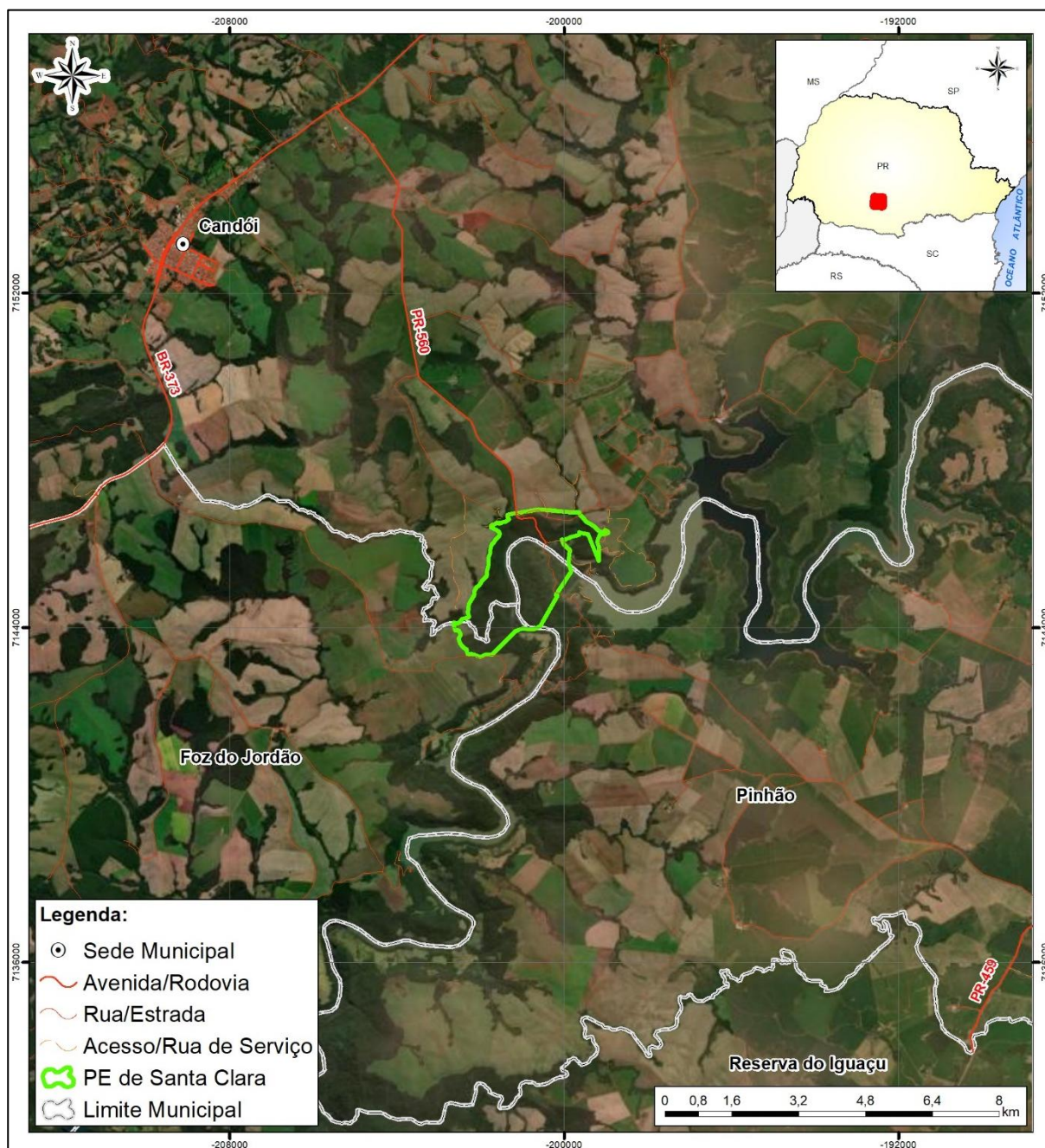
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT	
Categoria e Grupo	Parque Estadual - Proteção Integral
Endereço da UC	PR-506, km 12
Endereço do Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA/IAT)	R. Vicente Machado, 3990, Dos Estados, Guarapuava - PR, 85035-180
Telefone	(42) 3622-3630; (41) 2117-1404
E-mail	parquesparana@iat.pr.gov.br; iatguarapuava@iat.pr.gov.br
Site	https://www.iat.pr.gov.br/
Superfície da UC	631,58 hectares
Perímetro da UC	13,77 quilômetros
Municípios abrangidos pela UC	Candói (51%), Foz do Jordão (17%) e Pinhão (32%)
Estado	Paraná
Coordenadas Geográficas	Norte: 51° 58' 14,456" / 25° 37' 46,846" Sul: 51° 58' 15,022" / 25° 39' 38,925" Leste: 51° 57' 6,538" / 25° 38' 43,128" Oeste: 51° 59' 22,879" / 25° 38' 42,222"
Decreto de Criação	Decreto Estadual nº 6.537, de 03 de maio de 2006
Bioma	Mata Atlântica
Atividades Ocorrentes	Prevenção a incêndios e fiscalização
Atividades Conflitantes	Falta de regularização fundiária, caça, desmatamento, invasão de espécies exóticas e pecuária.

Fonte: IAT (2025).

No decreto de criação do PESC consta uma área de 631,58 ha, entretanto o georreferenciamento realizado na UC apresenta uma área de 616,86 ha. Logo, o presente Plano de Manejo irá trabalhar com a área do georreferenciamento realizado para ter maior precisão nas informações que foram avaliadas.

O acesso ao PESC, partindo de Curitiba, ocorre por meio da BR-277 até Candói, em seguida pela PR-560 até a entrada da UC. Outra opção é partindo do centro de Foz do Jordão, seguindo pela PR-662 até a BR-373 e posteriormente entra na PR-560 até a entrada do parque. Assim como pode-se seguir a partir de Pinhão, percorre a estrada PR-459 até a entrada do parque (Figura 2).

Figura 2 Localização do Parque Estadual de Santa Clara



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

2.1 Breve descrição da UC

O PESC tem sua história de criação atrelada à instalação da Usina Hidrelétrica Santa Clara, com o objetivo de proteger a significativa vegetação nativa pré-existente. Na localidade já existia, desde a década de 1970, a Estância Hidromineral Santa Clara, com um hotel construído no leito maior do rio Jordão. Frequentemente atingido por enchentes, o hotel foi desativado no fim da década de 1990. Após ser adquirido pelo Governo do Estado do Paraná e utilizado como centro de treinamentos, o espaço foi novamente danificado por alagamentos, perdendo sua função. Diante desse histórico de ocupação e da necessidade de proteção ambiental da região, o Governo do Estado do Paraná instituiu oficialmente a UC por meio do Decreto Estadual nº 6.537, de 3 de maio de 2006.

O PESC está localizado em área de abrangência da classe climática “Cfb”, segundo a classificação de Köppen-Geiger, correspondente ao clima temperado. Essa classe é caracterizada por verão mais úmido do que o inverno, com chuvas abundantes e bem distribuídas ao longo do ano todo, sendo o verão bastante fresco e úmido. A média do mês mais quente é inferior a 22°C, com pelo menos quatro meses com médias acima de 10°C (SIMEPAR, 2008).

A geologia é composta exclusivamente pela Formação Serra Geral (JKsg), pertencente ao Grupo São Bento, de idade Mesozoica, formada por extensos derrames de lavas basálticas continentais, com variações químicas e texturais importantes, resultantes de um dos mais volumosos processos vulcânicos do continente (MINEROPAR, 2005). Do ponto de vista geomorfológico, o PESC integra a Unidade Morfoestrutural Bacia Sedimentar do Paraná, no Terceiro Planalto Paranaense. A maior parte da UC (57,3%) está na Subunidade Planalto de Foz do Areia, com relevo fortemente dissecado, e 30,87% no Planalto de Palmas/Guarapuava, de dissecação mais suave (MINEROPAR, 2006). Quanto à declividade, predominam áreas de relevo suave ondulado (42,78%) e ondulado (38,14%). Áreas planas ocupam 15,04% e relevo forte-ondulado apenas 4,05% (SRTM/NASA, 2022). Os solos do PESC dividem-se em Neossolos (81,82%) e Latossolos (16,47%) (BDiA/IBGE, 2021). Entre os Neossolos, predomina o Neossolo Litólico Distrófico, o qual é pouco evoluído e ácido. Já entre os Latossolos, o predomínio é do Latossolo Bruno Alumínico, o qual é altamente intemperizado, com elevada saturação por alumínio (EMBRAPA, 2018).

O PESC apresenta 53,31% de sua área com alta vulnerabilidade ambiental, associada ao Planalto de Foz do Areia, onde predominam rochas da Formação Serra Geral, Neossolos Litólicos e relevo com dissecação acentuada, o que favorece processos erosivos, movimentos de massa e queda de blocos, inviabilizando a implantação de infraestrutura enterrada, vias de circulação, uso urbano e rural (Santos *et al.*, 2007). Os 46,69% restantes, correspondentes ao Planalto de Palmas/Guarapuava, apresentam baixa vulnerabilidade, devido à predominância de Latossolos e relevo suave (Santos *et al.*, 2007).

Segundo dados da SUDERHSA (2007), o PESC insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, que abrange uma área total de 54.820,4 km², correspondendo a 28% da área do território estadual, e está especificamente na região do Médio Iguaçu (SEMA, 2015). O rio Jordão, que divide a UC na porção norte e na porção sul, destaca-se pelo balanço hídrico quantitativo classificado como "excelente" e qualitativo como "ótimo", resultando em uma situação geral "satisfatória". Essa condição reflete boa disponibilidade hídrica, baixa demanda conflituosa e capacidade de assimilação de cargas orgânicas, não sendo previstos riscos de falta de água para a região.

Os mapas temáticos utilizados para subsidiar a caracterização do meio físico do PESC, incluindo informações sobre geologia, geomorfologia, hipsometria, declividade, pedologia, drenagem, balanço hídrico e vulnerabilidade geoambiental encontram-se reunidos no Anexo 1.

O PESC está inserido no bioma Mata Atlântica, reconhecido por sua alta diversidade e endemismo (Ribeiro *et al.*, 2009). A vegetação predominante é a Floresta Ombrófila Mista (FOM) Montana, marcada pela presença da araucária (Consórcio Santa Clara, 1999), além de cerca de 33 hectares de Campos Nativos. Segundo IBGE/IAT (2021) apenas essas duas fitofisionomias são oficialmente registradas no PESC. No entanto, a região que abrange os municípios de Candói, Foz do Jordão e Pinhão é uma área de tensão ecológica entre FOM, Floresta Estacional Semidecidual e Campos Nativos (Estepes) (IAT, 2023). O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica Santa Clara também aponta influência semidecidual nas matas ciliares da bacia do rio Jordão (Consórcio Santa Clara, 1999). Apesar disso, as bases oficiais não registram tal transição na UC. Assim, este documento mantém as duas tipologias reconhecidas, recomendando levantamentos de campo para melhor delimitação de possíveis ecótonos.

A FOM Montana, atualmente restrita a poucos remanescentes (IBGE, 2012), é marcada pelo estrato dominante de araucárias, que podem atingir até 40 m de altura. No estrato arbóreo, além do pinheiro-do-paraná, demais espécies que formam associações com a araucária são *Cinnamodendron dinisii* Schwacke (pimenteira), *Podocarpus lambertii* Klotzsch ex Endl. (pinheiro-bravo) e *Cedrela fissilis* Vell. (cedro-rosa). Já nos estratos inferiores são comuns representantes das famílias Myrtaceae, Salicaceae, Sapindaceae e Rutaceae. Quanto aos xaxins, é comum nesse tipo de vegetação serem encontrados indivíduos de *Dicksonia* sp. e *Cyathea* sp. Embora o epifitismo ocorra, ele é menos expressivo do que se observado na Floresta Ombrófila Densa (Roderjan *et al.*, 2002). Ademais, cerca de 20% da FOM no PESC encontra-se em diferentes estágios regeneração (Consórcio Santa Clara, 1999).

Com menor área de ocorrência na UC estão os Campos Nativos ou Estepes. Dentre as espécies campestres típicas das estepes estão as da família Poaceae, Asteraceae, Apiaceae, Cyperaceae, Lamiaceae, Verbenaceae, Polygalaceae, Amaranthaceae, Fabaceae, Ericaceae, Malpighiaceae, Melastomataceae e Arecaceae, com destaque a espécies do gênero *Andropogon* (Roderjan *et al.*, 2002; IBGE, 2012).

A região do PESC conta com 29 famílias botânicas, 44 gêneros e 48 espécies de plantas vasculares nativas (Anexo 2), nenhuma delas endêmica do estado do Paraná. Dentre as espécies, 39 são angiospermas, 2 são gimnospermas e 6 são samambaias. Quanto às espécies nativas ameaçadas, constam no Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) 7 táxons pouco preocupantes (LC), 2 quase ameaçados (NT), 1 vulnerável (VU) e 1 em perigo (EN). Referente à classificação internacional da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), 2 táxons encontram-se como LC, 1 como NT, 1 como VU e 1 como CR.

No PESC ocorrem 8 espécies exóticas, 3 delas cultivadas e as demais espontâneas (Anexo 2). Dentre as exóticas observadas, destacam-se *Pinus taeda* (pinus) e *Hovenia dulcis* (uva-do-japão), ambas com alta capacidade invasora (Zinn *et al.*, 2002; Lazzarin *et al.*, 2015). Também foi registrada, durante oficinas participativas, a presença de *Brachiaria* sp. nos campos nativos — espécie exótica agressiva, formadora de monoculturas, que reduz a biodiversidade e impacta negativamente a fauna (Pivello, 1999), sendo

recomendada sua remoção, bem como o monitoramento contínuo da UC quanto à introdução de espécies exóticas, especialmente por vetores como veículos e equipamentos (Mehta *et al.*, 2007).

O PESC encontra-se relativamente isolado em uma paisagem antropizada, dominada por áreas de agricultura e pecuária, contexto próprio do centro-sul paranaense. A UC mais próxima, a ESEC Rio dos Touros, está a 30 km de distância. A julgar pelas características ambientais, a fauna da UC deve ser composta por espécies próprias das matas de araucária de média altitude (750-850 m) e zonas transicionais deste tipo vegetacional com os campos naturais e as florestas estacionais semidecíduais. Se fazem presentes espécies mais resilientes aos processos de antropização da paisagem, observados no entorno da UC. A presença do rio Jordão favorece as espécies semiaquáticas, bem como os elementos rupícolas que ocupam os paredões rochosos de vertente íngreme, localmente conhecidos como peraus.

Respeitadas as limitações metodológicas, e reafirmando que a composição em pauta inclui potenciais ocorrências, consignam-se para a UC um total de 104 espécies de mamíferos, sendo 12 delas endêmicas da Mata Atlântica e 17 ameaçadas de extinção em pelo menos um dos âmbitos considerados (estadual, nacional ou global) (Anexo 3). Dentre os mamíferos ameaçados, destacam-se a onça-pintada (*Panthera onca*) e o queixada (*Tayassu pecari*); ainda que os dois estejam classificados como “Vulnerável” e “Criticamente em Perigo” nas listas nacional e estadual, respectivamente, é muito provável que ambos estejam regionalmente extintos. Podem ocorrer também na área da UC o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a sussuarana (*Puma concolor*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus guttulus*), todos considerados ameaçados em nível estadual.

A riqueza estimada de aves é de 336 espécies, sendo 80 delas endêmicas da Mata Atlântica e duas dos Campos Gerais do Planalto Meridional (Anexo 3): Aproximadamente 22 espécies de aves estão ameaçadas de extinção, das quais três se destacam: o macuquinho-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*) está categorizado como “Criticamente em Risco” em níveis estadual em “Em Perigo” nos níveis nacionais e global; e a coruja-preta (*Strix huhula*) e o caboclinho-de-chapéu-cinzento (*Sporophila cinnamomea*) são tratados como “Criticamente em Risco” e “Em Perigo”, na lista estadual, respectivamente. Três aves que resumem bem a condição de alteração antrópica aos quais estão sujeitos os ambientes de várzea aberta, floresta e campo úmido existentes na região. Inúmeras espécies, ainda que não sejam raras no contexto estadual, encontram-se sob risco de desaparecerem localmente. A exemplo de, espécies como o macuco (*Tinamus solitarius*), a jacutinga (*Aburria jacutinga*), o tauató-pintado (*Accipiter poliogaster*), o maracanã (*Primolius maracana*), o grimpeirinho (*Leptasthenura striolata*), o papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*), a noivinha-de-rabo-preto (*Heteroxolmis dominicanus*), a cigarra-do-sul (*Sporophila falcirostris*), o caboclinho-de-barriga-vermelha (*Sporophila hypoxantha*) e o curió (*Sporophila angolensis*) sofreram forte pressão de caça a ponto de praticamente desaparecerem de quase toda a região. Outras, como o pica-pau-de-cara-acanelada (*Celeus galeatus*) e o papo-branco (*Biatas nigropectus*), exibem reduções populacionais em virtude da alteração dos seus habitats naturais. Salienta-se que o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*) conta com a porção central do Paraná como área *core* de sua fração meridional de distribuição; “Em Perigo” de extinção conforme a IUCN (2025 – global), estudos indicam que houve

declínio populacional do papagaio-de-peito-roxo dentro do território paranaense, nestas últimas décadas.

Com relação à herpetofauna, o PESC e entorno contemplam registros de 25 espécies de anfíbios (24 anuros e uma cecília) e 36 de répteis (dois quelônios, duas anfisbenas, sete lagartos e 26 serpentes); aproximadamente 13 delas são formas endêmicas da Mata Atlântica e duas dos Campos Gerais do Planalto Meridional (Anexo 3). Apenas três espécies de répteis com ocorrência esperada para a UC encontram-se ameaçados; considerando o julgo de maior classe de extinção dentre os níveis avaliados, o lagarto *Contomastix vacariensis* está “Críticamente em Risco”, o cágado-rajado (*Phrynops williamsi*) “Em perigo” e a cobrinha corre-campo (*Pseudablabes agassizii*) “Vulnerável”. No caso do lagarto, a região de estreita faixa de campo que margeia o parque consiste no primeiro local de registro da espécie para o estado (havendo apenas mais uma localidade registrada na região de Tibagi – Souza-Filho, 2015). A faixa de campo usada pela espécie se encontra atualmente afetada pela invasão de espécies exóticas (especialmente pela braquiária) e consequente perda desse habitat único. O manejo desses capins e outras espécies invasoras do campo é uma condição requerida para a proteção da população remanescente de *Contomastix vacariensis*.

Cabe destacar que ocorrem na região serpentes peçonhentas de importância médica, a saber: a jararaca (*Bothrops jararaca*), a urutu (*Bothrops alternatus*), a cotiara (*Bothrops cotiara*), a cascavel (*Crotalus durissus*) e a coral-verdadeira (*Micrurus altirostris*). Em função das características específicas de envenenamento associadas a cada um desses gêneros, diferentes tipos de soros anti-peçonhentos são necessários para o atendimento em caso de acidentes. É de grande importância que a administração do PESC mantenha contato constante com os representantes da Secretaria de Estado da Saúde, buscando manter os estoques de soros nos hospitais da região abastecidos, permitindo o pronto atendimento dos acidentados.

Em relação ao patrimônio arqueológico, identificaram-se no cadastro junto ao IPHAN (2022) 11 pontos de bem arqueológico e destes nenhum está dentro da área da UC, apenas dois estão dentro da Zona de Amortecimento.

Quanto ao uso e ocupação do PESC (Anexo 1), em 2021 foi mapeado que aproximadamente 67% do PESC são caracterizados por floresta nativa, 0,48% de campo e cerca de 22% como regeneração natural. Apesar de a maior parte estar conservada ou em recuperação, há áreas de agricultura (1,52%), especialmente na margem esquerda do rio Jordão e na porção norte, indicando pressões antrópicas e questões fundiárias não resolvidas. Cerca de 0,32% da área abriga edificações, como um antigo hotel abandonado e uma fonte de água termal ainda usada pela comunidade local.

Em relação à regularização fundiária, dados do CAR (2022) apontam 5 propriedades privadas dentro da UC — 4 em Candói (221 ha) e 1 em Pinhão (172 ha) — totalizando cerca de 393 ha, ou 65% da área da UC. Já as informações do INCRA (2022) identificam 3 propriedades em Candói, com 164 ha, correspondendo a pouco mais de 25% da área do PESC.

O PESC destaca-se por seus aspectos naturais associados à rica biodiversidade, aos recursos hídricos e ao relevo, com cachoeiras que drenam para o rio Jordão. Ao todo, foram identificados seis atrativos turísticos potenciais: Cachoeira Véu da Noiva (Trilha do Xaxim), nascente de água hidrotermal com

propriedades medicinais segundo a comunidade (acesso pela Estância), Cachoeiras 1 e 2 (Trilha das Capivaras), Cachoeira Santa Clara (estrada antiga) e Capela Santa Clara (via Estância), reunindo beleza cênica, valor ambiental e importância histórico-cultural, com potencial para o ecoturismo e a educação ambiental.

A gestão da UC é de responsabilidade do IAT e atualmente possui, no quadro de funcionários 4 porteiros e 1 gestora, lotada no escritório regional de Guarapuava. A gestora acumula as atribuições do PESC com a gestão do Parque Estadual Salto São Francisco da Esperança e do escritório regional do IAT. Além disso, o PESC não possui conselho consultivo criado, como também não há projetos em andamento em parceria com instituições de pesquisa, entidades organizadas da sociedade civil ou com a Usina Hidrelétrica de Santa Clara.

Ademais, o PESC enfrenta diversas pressões e conflitos que comprometem sua integridade ecológica e dificultam sua gestão. A presença da PR-560, que atravessa a UC, favorece o acesso descontrolado e aumenta o risco de atropelamento da fauna. Enquanto a presença de espécies exóticas, como as braquiárias, contribui para a degradação dos campos nativos, ameaçando habitats singulares e espécies raras, a exemplo do lagarto *Contomastix vacariensis*, registrado apenas nessa região e em Tibagi (Souza-Filho, 2015). A falta de regularização fundiária, com propriedades privadas dentro dos limites da UC, representa um desafio para a gestão e fiscalização, reforçando a necessidade de desapropriações para garantir a efetiva proteção ambiental. Somam-se a esses problemas a presença de loteamentos irregulares no entorno e a carência de infraestrutura adequada para visitação e gestão. Além disso, estruturas históricas como as ruínas do antigo hotel, localizadas em área de preservação permanente, representam riscos de desabamento e alagamento. Já a capelinha e a fonte cultural, importantes elementos do patrimônio local, encontram-se vulneráveis a ações de vandalismo e à falta de conservação.

2.2 Propósito

O propósito de uma UC identifica o(s) motivo(s) específico(s) para sua criação. É baseado em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo os estudos prévios à criação, os objetivos previstos no decreto de criação e em harmonia com a legislação aplicável, sintetizando a essência da UC. Podendo ser incluídos outros elementos considerados relevantes e que não foram identificados à época da criação da UC. A declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da UC e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação.

Com base nos resultados da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo, o propósito do PESC ficou assim definido:

O Parque Estadual de Santa Clara, situado na bacia do rio Jordão e inserido nos municípios de Candói, Foz do Jordão e Pinhão, foi criado para conservar remanescentes da floresta ombrófila mista em região de ecótono com floresta estacional semidecidual e sua biodiversidade, assegurando ainda a proteção dos recursos hídricos locais, caracterizados por diversas quedas d'água e em especial, pela fonte de água mineral, contribuindo assim com o potencial turístico regional e ações de educação ambiental para as presentes e futuras gerações.

2.3 Declarações de Significância

As declarações de significância expressam por quais motivos os recursos e valores da UC são importantes o bastante para justificar a criação do PESC e sua integração nos sistemas federal e estadual de UCs, estando diretamente ligadas ao seu propósito. Elas descrevem a natureza única da UC e destacam sua relevância, do contexto global ao regional. Essas declarações orientam as decisões de manejo e o planejamento da UC, subsidiadas no conhecimento disponível, percepções culturais e consenso (ICMBIO, 2018).

Para o PESC foram definidas 04 (quatro) declarações de significância, as quais são apresentadas a seguir:

1. *“O Parque Estadual de Santa Clara possui belas paisagens proporcionadas pelas quatro quedas d’água, afluentes do vale do rio Jordão, mata nativa exuberante e uma rica biodiversidade de flora e fauna, oferecendo aos visitantes uma experiência única de imersão na natureza preservada.”*
2. *“A vegetação e o clima oceânico fornecem um lar acolhedor para diversas espécies, desde grandes mamíferos como o ameaçado lobo-guará, como aves que podem ser contempladas por sua beleza e canto, além de diversos répteis peculiares.”*
3. *“O Parque Estadual de Santa Clara, representa um tesouro natural, oferecendo não apenas um potencial turístico excepcional, com suas cachoeiras e trilhas leves, mas também para ações de educação ambiental. O PESC também serve como um atrativo para observadores de aves, entusiastas da natureza e amantes da biodiversidade, com sua vegetação preservada e uma fonte de água mineral, proporcionando uma experiência imersiva e rejuvenescedora para os visitantes.”*
4. *“O Parque Estadual de Santa Clara contempla o rio Jordão, que perfaz seu caminho pelas rochas basálticas da formação local, formando paredes com quedas d’água e paisagem exuberante, como a cachoeira véu da noiva. O PESC abriga uma fonte mineral que é considerada sagrada por muitos devotos. A ela são creditadas propriedades medicinais, sendo visitada pela comunidade e atraindo turistas.”*

2.4 Recursos e Valores Fundamentais

Os recursos e valores fundamentais são aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, processos ecológicos ou geológicos), sociais (bem-estar social), econômicos, culturais, históricos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que em conjunto são representativos de toda a UC. Desta forma, garantir a conservação e uso público dos recursos e valores fundamentais é uma das maiores responsabilidades da gestão da UC, pois se degradados, tanto o propósito quanto a significância da unidade podem estar em risco.

Foram identificados 03 (três) recursos e valores fundamentais para o PESC, os quais foram definidos por palavras-chave que resumem seu enunciado, conforme apresentado a seguir:

- ✓ **Elementos Abióticos:** *O Parque Estadual de Santa Clara tem em sua área diversas belezas naturais, que vão desde as lindas cachoeiras do Véu da Noiva; passam pelos rios Jordão e Santa Clara, além das importantes nascentes, pequenos cursos d’água e a fonte termal.*

- ✓ **Biodiversidade:** A flora do Parque Estadual de Santa Clara é representada por três tipologias vegetacionais em conjunto, proporcionando uma elevada diversidade biológica. Juntamente a isso, a fauna local é repleta de diversas espécies de aves, mamíferos e répteis que se destacam na região, como por exemplo: o lagartinho (Contomastix vacariensis), cágado-rajado (Phrynops williamsi); rã-das-pedras (Limnomedusa macroglossa), Felinos (gato do mato pequeno Leopardus guttulus; gato-maracajá Leopardus wiedii; jaguatirica Leopardus pardalis; gato mourisco Herpailurus yagouaroundi; suçuarana ou puma Puma concolor), macuco (Tinamus solitarius), papagaio-do-peito-roxo (Amazona vinacea) e diversos outros que ainda estão por serem descobertos.
- ✓ **Elemento Cultural:** O Parque Estadual de Santa Clara é envolto a diversas histórias que abordam o antigo hotel abandonado e a fonte d'água termal, que até os dias de hoje é visitada pelos moradores locais. Além disso, tem uma ligação religiosa com a presença da Capelinha Santa Clara.



03

COMPONENTES DINÂMICOS

PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL
DE
SANTA CLARA

3 PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS

Os componentes dinâmicos incluem a análise dos recursos e valores fundamentais, a identificação e análise de questões chave, e a posterior avaliação e priorização das necessidades de dados e de planejamentos. Na medida em que novas situações e fatores alterem as condições e tendências dos recursos e valores fundamentais, a análise das necessidades de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, assim como as questões-chave e novos atos e regulamentos, sendo esta parte do plano de manejo periodicamente atualizada, por este motivo os componentes dinâmicos podem sofrer alterações ao longo do tempo (ICMBio, 2018).

3.1 Análise dos Recursos e Valores Fundamentais

A partir da definição dos Recursos e Valores Fundamentais, na Oficina de Elaboração do Plano de Manejo da UC, analisaram-se as condições atuais dos recursos identificados (estado de conservação); as ameaças (atuais e futuras); as necessidades de dados e/ou estudos e as necessidades de planejamento (planos, projetos e programas) para o PESC.

A seguir nas Tabela 2, 3 e 4 são apresentadas as análises para cada um dos Recursos e Valores Fundamentais do PESC.

Tabela 2 Análise do Recurso e Valor Fundamental: Elemento Abiótico

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: ELEMENTO ABIÓTICO
Condição atual
- Faltam informações sobre a qualidade hídrica; - Nascentes bem preservadas; - Atualmente sem uso turístico; - Ocorrência de quatro cachoeiras de fácil acesso; - Falta de estrutura para acesso aos atrativos; - Os principais atrativos do parque estão relacionados ao meio físico; - Solos frágeis e rochosos / solo raso; - ELEJOR tem outorga de um poço artesiano dentro do parque.
Ameaças
- Aumento do nível do rio causando alagamento em áreas do parque; - Proximidade da estrada com a cachoeira do rio Santa Clara, causando impacto sobre a mesma; - Risco de erosão em locais com vegetação rala; - PR-560 causando impactos diversos: erosão, acesso sem controle, falta de redutor de velocidade, sinalização orientativa; - Ruínas do hotel é fator gerador de impacto, localizadas em Área de Preservação Permanente e gerando riscos de desabamento, também localizadas em áreas sujeitas a alagamento.
Necessidades de dados
- Avaliar a qualidade hídrica dos pequenos corpos d’água e nascentes do parque; - Avaliar periodicamente a potabilidade da água da fonte; - Avaliar o uso público das cachoeiras; - Avaliar a necessidade de instalação de infraestrutura para contenção de erosão.
Necessidade de planejamento
- Implantação de estruturas de apoio as ações de gestão e visitação; - Implantar sistema de controle de velocidade na PR-560; - Programa de monitoramento da qualidade hídrica.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023).

Tabela 3 Análise do Recurso e Valor Fundamental: Biodiversidade

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: BIODIVERSIDADE
Condição atual
• Campo nativo descaracterizado e pressionado por exóticas e ocorrência de fogo; • A estrada pressiona a biodiversidade; • Ausência de informações sobre a presença atual de espécies ameaçadas; • Área nuclear de biodiversidade da bacia do rio Jordão; • Falta de conhecimento da biodiversidade do parque – atualizado; • Ocorrência de espécies doméstica (cães e gatos); • Presença de áreas florestais em estágio inicial; • Ocorrência de espécies exóticas (eucalipto); • Alta densidade de taquaras em pontos do parque.
Ameaças
• Caça e pesca; • Invasão de espécies exóticas; • Ocorrência de incêndios; • Contaminação por agrotóxicos devido à proximidade das lavouras; • Atropelamento de fauna; • Descarte de resíduos, contaminação por óleos e graxas; • Loteamentos irregulares no entorno; • Falta de saneamento; • Falta de regularização fundiária.
Necessidades de dados
• Inventário de fauna e flora; • Avaliação da ocorrência e estado das populações de fauna ameaçada; • Avaliar a densidade das espécies exóticas invasoras nas áreas de campo e floresta; • Avaliar a condição nuclear do parque na bacia do rio Jordão; • Monitoramento do atropelamento de fauna; • Avaliar o impacto do uso de agrotóxicos e efluentes sobre a fauna aquática.
Necessidade de planejamento
• Programa de educação ambiental; • Programa de fiscalização; • Programa de regularização fundiária; • Programa de comunicação; • Programa de monitoramento; • Programa de remoção de espécies exóticas.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023).

Tabela 4 Análise do Recurso e Valor Fundamental: Elemento Cultural

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: ELEMENTO CULTURAL
Condição atual
• Área da fonte sujeita a alagamentos; • Capelinha e fonte em mau estado de conservação; • Comunidade usa a capelinha para devoção a santa clara; • A comunidade faz uso da água da fonte; • Falta de infraestrutura de apoio ao visitante; • Falta de análise da qualidade hídrica e potabilidade da fonte; • A capela tem um bom fluxo de visitantes; • Registros de estórias de “fantasmas” manifestações diversas na região do hotel.

RECURSO E VALOR FUNDAMENTAL: ELEMENTO CULTURAL
Ameaças
• Presença de espécies peçonhentas na capelinha; • Área da fonte sujeita a inundação; • Ruínas do hotel ameaçam os visitantes; • Vandalismo; • Perda da memória das lendas e crenças do local.
Necessidades de dados
• Avaliar a qualidade hídrica / potabilidade da fonte; • Resgate dos aspectos históricos e culturais; • Implantar centro de visitantes para possibilidade do resgate da estória oral. • Avaliar a restauração da capelinha e fonte; • Manter limpo e monitorar a área da capelinha para evitar acidentes com espécies peçonhentas; • Treinamento aos funcionários para manejo de fauna.
Necessidade de planejamento
• Programa de monitoramento da qualidade hídrica; • Programa de educação ambiental e patrimonial; • Programa de monitoramento e manutenção; • Programa de sinalização educativa orientativa.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023).

3.2 Análise das questões-chave

A questão-chave define as dificuldades ou entraves na gestão para consolidação efetiva da UC, ou seja, são influências importantes no manejo do PESC para serem consideradas e que podem afetar diretamente os componentes fundamentais. Nesse sentido, a avaliação das necessidades de dados e planejamento das questões-chaves complementam as avaliações dos Recursos e Valores Fundamentais, compondo assim os componentes dinâmicos do plano de manejo.

Para o PESC, foram identificadas 09 (nove) questões-chave necessárias para a adequada implementação do Plano de Manejo, acompanhadas do levantamento das necessidades de dados e de planejamento, as quais estão apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5 Análise das questões-chave para a gestão do Parque Estadual de Santa Clara

AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES-CHAVE
Questões-chave
• Falta de regularização fundiária e demarcação; • Avaliar a possibilidade de remover as ruínas do hotel; • Falta de recursos humanos e financeiros; • Necessidade de sinalização orientativa e educacional; • Controle de velocidade; • Falta de equipamento e treinamento dos funcionários; • Articulação institucional; • Falta de infraestrutura para gestão e receptivo do visitante; • Loteamento irregular na Zona de Amortecimento - nordeste.
Necessidades de dados
• Avaliar a questão fundiária; • Levantar a necessidade de pessoal, equipamentos e infraestruturas necessárias;

AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES-CHAVE

- Avaliar a forma de remoção das ruínas com mínimo de impacto

Planejamento e ações de manejo

- Programa de regularização fundiária;
- Programa de monitoramento;
- Programa de gestão;
- Realizar articulação institucional com o DER para ações na PR-560;
- Articulação entre as prefeituras e IAT na gestão da UC.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023).



04

COMPONENTES NORMATIVOS

PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL
DE
SANTA CLARA

4 PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS

Os componentes normativos sistematizam os atos legais vigentes para a UC, bem como definem normas gerais de uso e gestão de seu território, com implicações legais. Incluem os seguintes elementos:

Zoneamento interno e normas específicas: consiste no ordenamento territorial da área, pois estabelece usos diferenciados para cada zona de manejo, segundo os objetivos da UC.

Normas gerais: são os princípios e regras que regem o uso e o manejo geral dos recursos naturais da UC.

Atos legais e administrativos: são requisitos específicos, que são estabelecidos independentemente do plano de manejo e que devem ser observados pelos gestores e usuários.

4.1 Zoneamento Interno e Normas Específicas

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC), zoneamento é “a definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

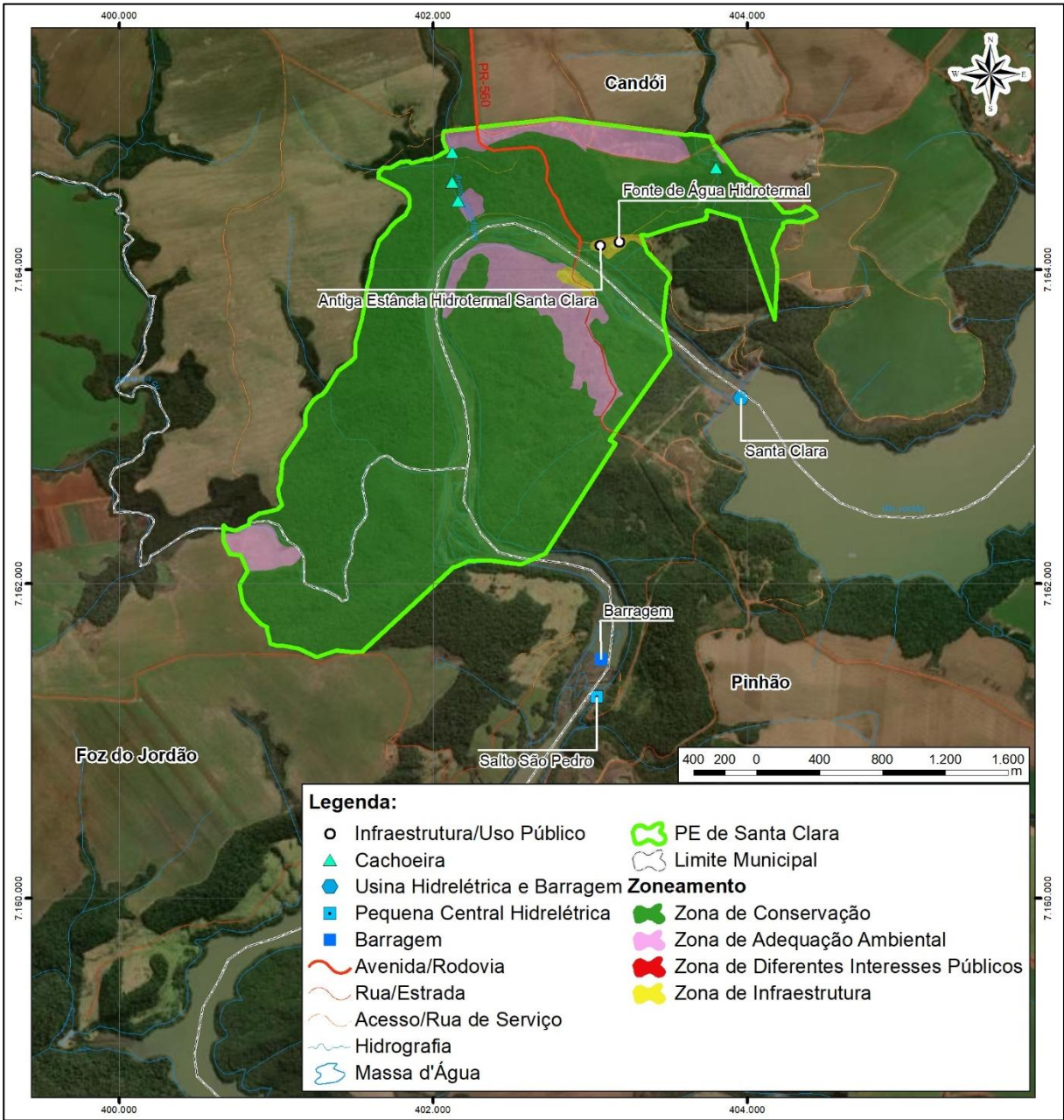
Nesse caso, o zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, pois diferencia espaços internos da UC de acordo com certos objetivos de manejo. É, portanto, um zoneamento de manejo, em que os espaços identificados são associados normas específicas para condicionar as atividades permitidas. Essa diferenciação de espaços, com suas respectivas normas, permite harmonizar a realização de diferentes usos na mesma UC. Assim, uma zona é uma parte no terreno da UC com determinado tipo de manejo, cujas ações tomadas devem ser compatíveis com a categoria e com o propósito da UC e objetivem a conservação de seus recursos e valores fundamentais.

O zoneamento garante a continuidade do manejo com o passar do tempo. Como as equipes de trabalho mudam na UC, as zonas e seus atributos associados continuam a proporcionar um quadro geral e orientações no processo de tomada de decisões de manejo a curto e longo prazo. Por isso, se trata de um elemento mais duradouro do planejamento, sujeito a reavaliação geralmente em casos em que os objetivos ou limites da UC são revistos por motivos mais drásticos.

Neste plano de manejo, foi adotada a uniformização de zoneamento recomendada pelo ICMBio (2018). No contexto do PESC, a equipe de planejamento da STCP e do IAT verificou previamente à Oficina de Elaboração do Plano de Manejo que quatro tipos de zonas de manejo são passíveis de aplicação na realidade local.

A distribuição da área total das zonas de manejo do PESC está detalhada na Figura 3 e na Tabela 6. Em seguida, é apresentada uma descrição de cada zona, com a definição conceitual, resumo de localização e respectivas normas específicas.

Figura 3 Distribuição das Zonas do Parque Estadual de Santa Clara



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

Tabela 6 Zonas do Parque Estadual de Santa Clara

ZONAS	ÁREA (ha)	%
Zona de Conservação	538,37	87,28
Zona de Adequação Ambiental	70,42	11,41
Zona de Diferentes Interesses Públicos	2,59	0,42
Zona de Infraestrutura	5,48	0,89
TOTAL	616,86	100,00
Zona de Amortecimento	1.622,48	-

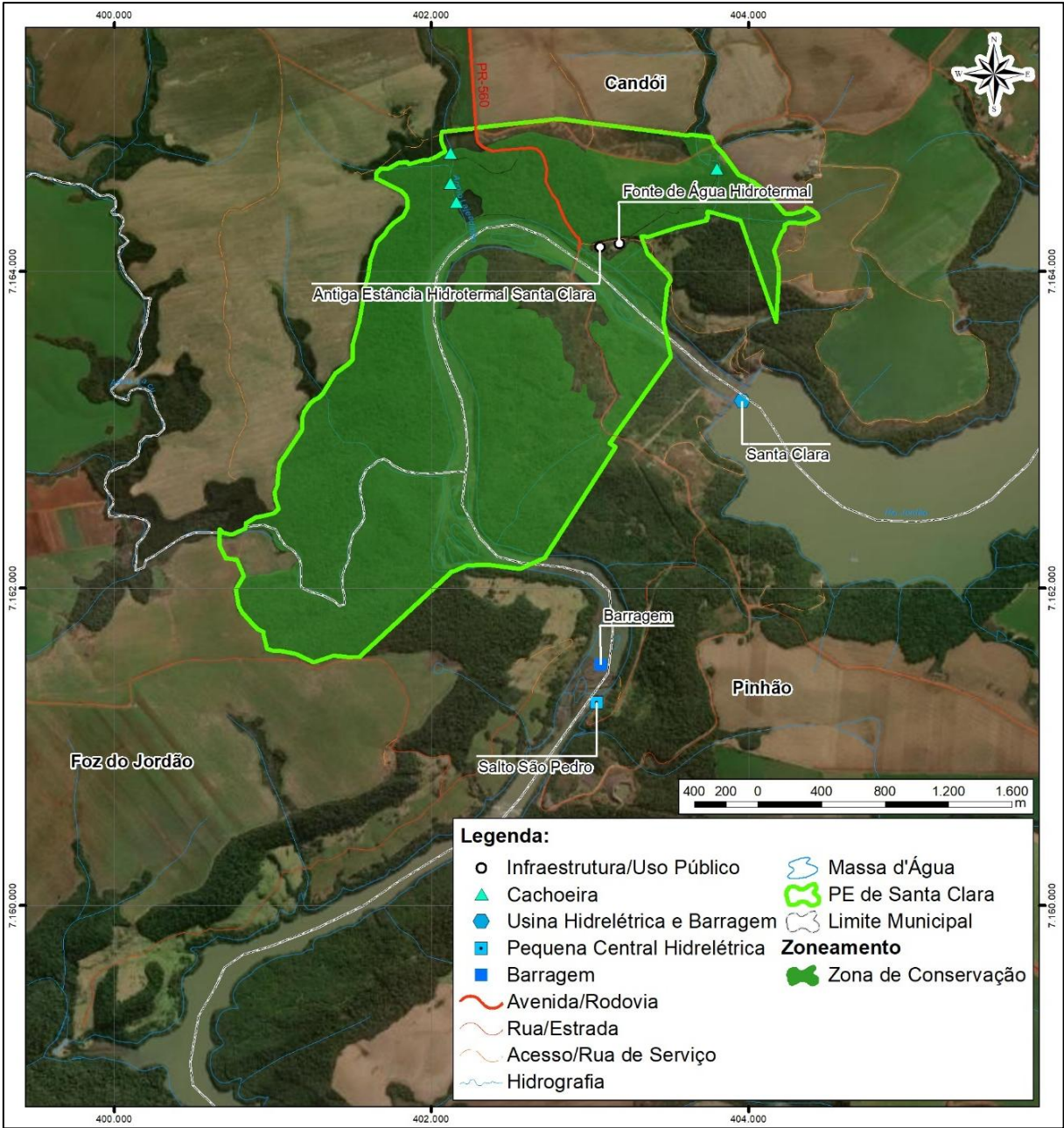
Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

4.1.1 Zona de Conservação

É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúna características ecológicas especiais.

Para a delimitação desta zona, consideraram-se as áreas com vegetação nativa (especialmente os remanescentes florestais) e a calha do rio Jordão, bem como uma estreita faixa de campo ocorrente nos limites da UC no município de Candói, como pode ser visto na Figura 4.

Figura 4 Zona de Conservação do Parque Estadual de Santa Clara



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

Normas Específicas para a Zona de Conservação

- 1) As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).
- 2) As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
- 3) A visitação deve priorizar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aqueles pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da área.
- 4) É permitida nessa zona o turismo de baixo grau de intervenção, que corresponde a formas primitivas de visitação e recreação que ocorrerem em áreas de alto grau de conservação possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes.

Conforme norma ABNT NBR 15500 - Turismo de Aventura – terminologia que define a atividade de Turismo de Aventura como: Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura eu tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados controlados e assumidos.

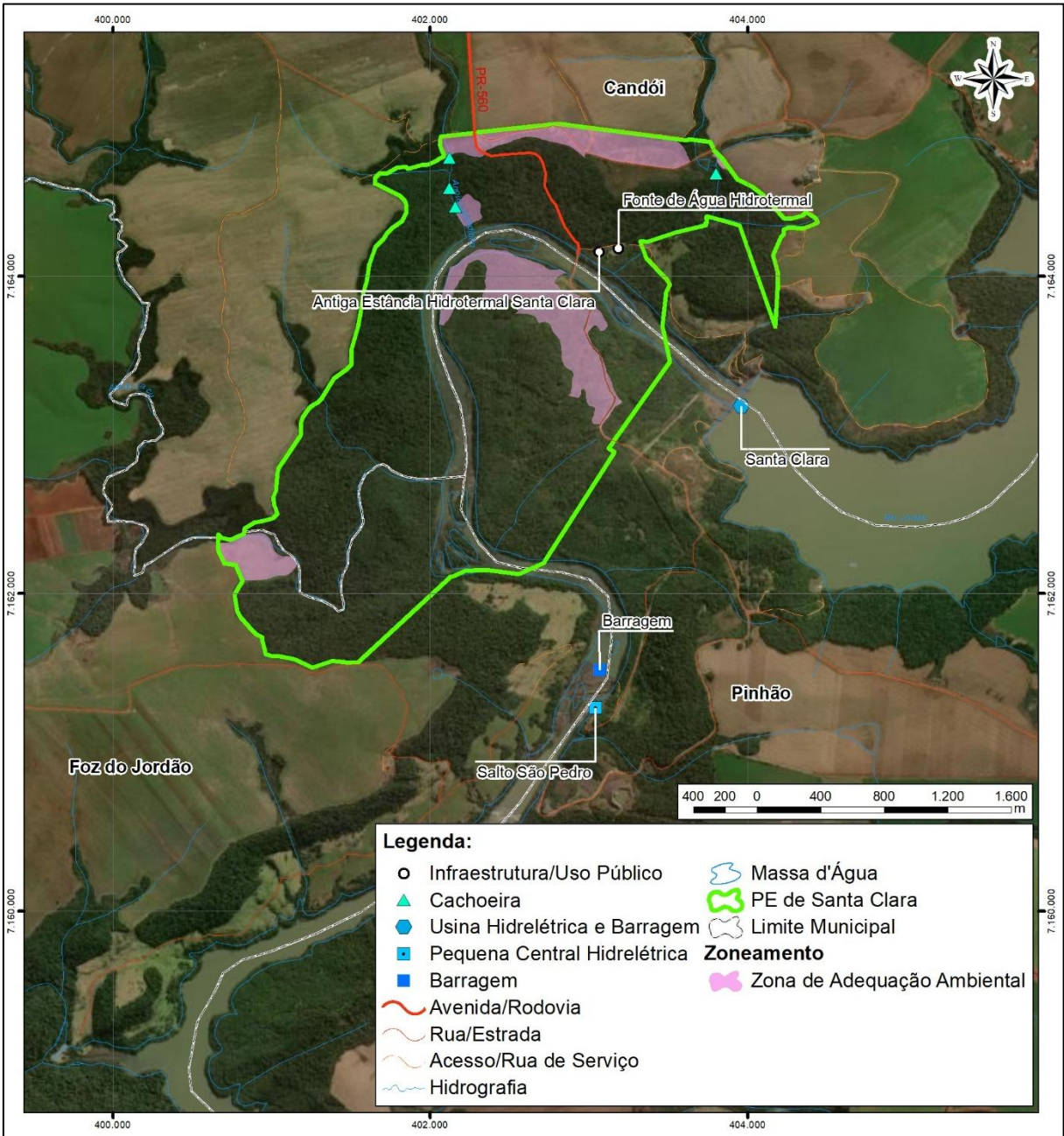
- 5) É permitida abertura de novas trilhas e picadas, necessárias às ações de busca e salvamento, e prevenção e combate aos incêndios, atividades de recreação com a possibilidade de infraestrutura mínima e seguindo o Plano de Uso Público, com intervenções de baixo impacto.
- 6) Nas atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, os mesmos devem constar do pedido de autorização da pesquisa, devendo ser retirados da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.
- 7) É permitida a coleta de sementes para fins de recuperação de áreas degradadas da própria UC, levando em consideração o mínimo impacto e desde que autorizada pela administração da UC.
- 8) O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado apenas quando indispensável para viabilizar as atividades de proteção, manejo e monitoramento ambiental e considerados impraticáveis outros meios, ressalvados os acessos às propriedades não indenizadas.
- 9) A visitação de áreas com patrimônio arqueológico, espeleológico e paleontológico, caso venham a ser constatadas, deverá ser definida em instrumento específico.

4.1.2 Zona de Adequação Ambiental

É a zona que contém áreas alteradas onde serão necessárias ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais, para promover a recuperação do ambiente e onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. Trata-se de uma zona temporária que, uma vez recuperada, será integrada a outra zona, preferencialmente a Zona de Conservação. Tais áreas abrangem principalmente remanescentes de campo das porções mais elevadas do Parque e que se encontram intensamente ocupados por invasões de samambaias e capins exóticos, requerendo ações de remoção das mesmas e recuperação da vegetação campestre natural. Ressalta-se que as manchas de campo do

PESC constituem um dos dois únicos locais de registro do lagartinho-pintado (*Contomastix vacariensis*) no estado do Paraná, espécie essa ameaçada de extinção (Figura 5).

Figura 5 Zona de Adequação Ambiental do Parque Estadual de Santa Clara



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

Normas Específicas para a Zona de Adequação Ambiental

- 1) São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área) e visitação de médio grau de intervenção.
- 2) São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
- 3) As espécies exóticas e alóctones introduzidas, bem como as invasoras capazes de descaracterizar a vegetação campestre, deverão ser removidas.

- 4) A recuperação induzida dos ecossistemas é condicionada a projeto específico, aprovado pelo órgão gestor da UC.
- 5) A visitação não pode interferir no processo de recuperação.
- 6) As infraestruturas necessárias aos trabalhos de recuperação devem ser provisórias, sendo que os resíduos sólidos gerados nestas instalações deverão ser retirados pelos próprios responsáveis e transportados para um destino adequado.
- 7) Nas atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, os mesmos devem constar do pedido de autorização da pesquisa, devendo ser retirados da área uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.
- 8) O uso de agrotóxicos e de espécies exóticas na recuperação ambiental dessas áreas somente será permitido mediante a autorização por projeto específico aprovado pelo órgão gestor da UC.
- 9) O trânsito de veículos motorizados é autorizado para todas as atividades permitidas, desde que não interfira no processo de recuperação, devendo priorizar os acessos já existentes.
- 10) Devem ser priorizadas as pesquisas científicas que tratam dos processos de recuperação.

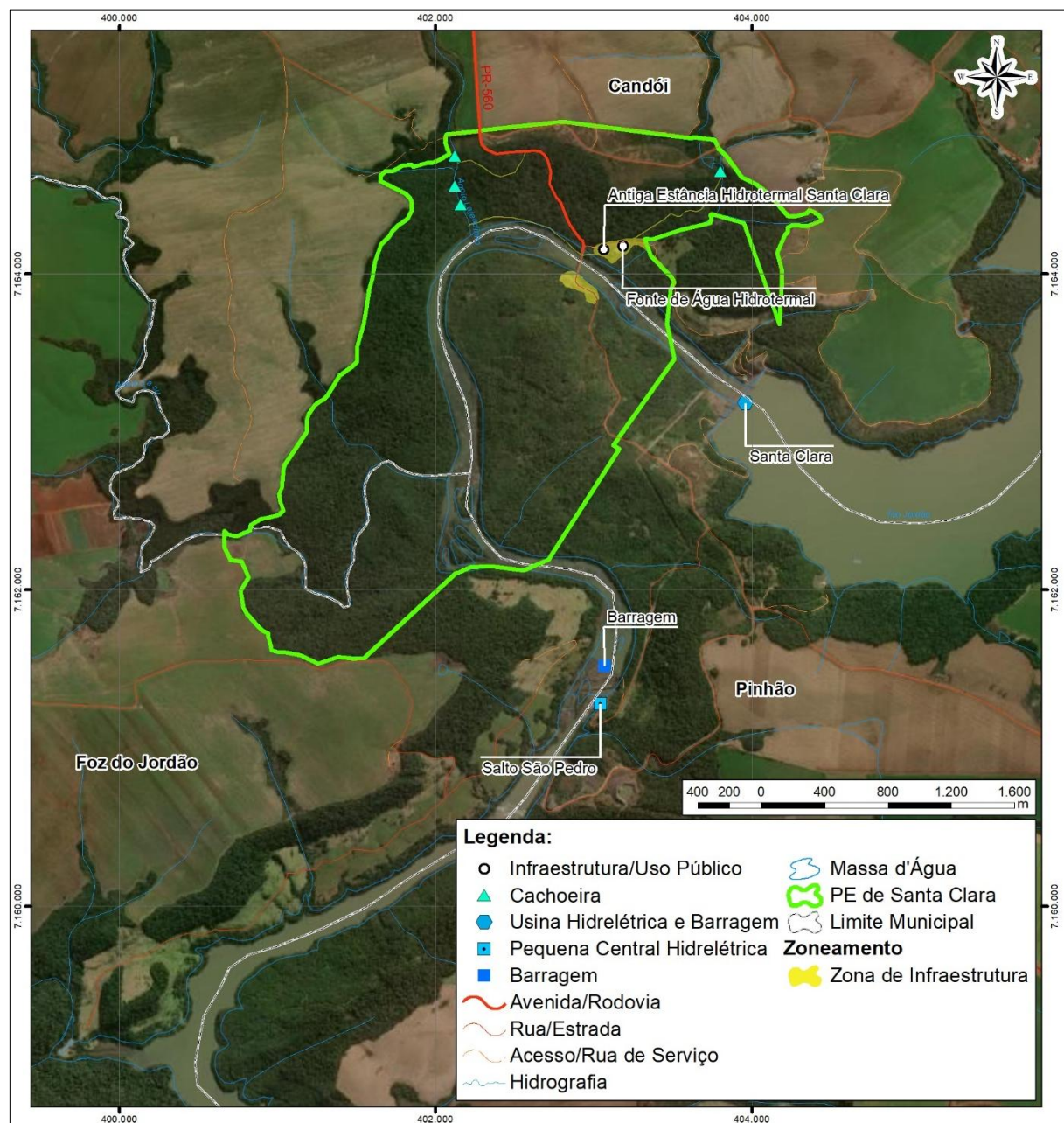
4.1.3 Zona de Infraestrutura

É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e administração. Nesta zona estão contempladas trilhas, aceiros, edificações e estruturas de apoio existentes e previstas (Figura 6).

Normas Específicas para a Zona de Infraestrutura

- 1) São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC.
- 2) São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
- 3) Os efluentes gerados não poderão contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.
- 4) Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na UC, até a adequada destinação.
- 5) O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades previstas nesta zona.

Figura 6 Zona de Infraestrutura do Parque Estadual de Santa Clara

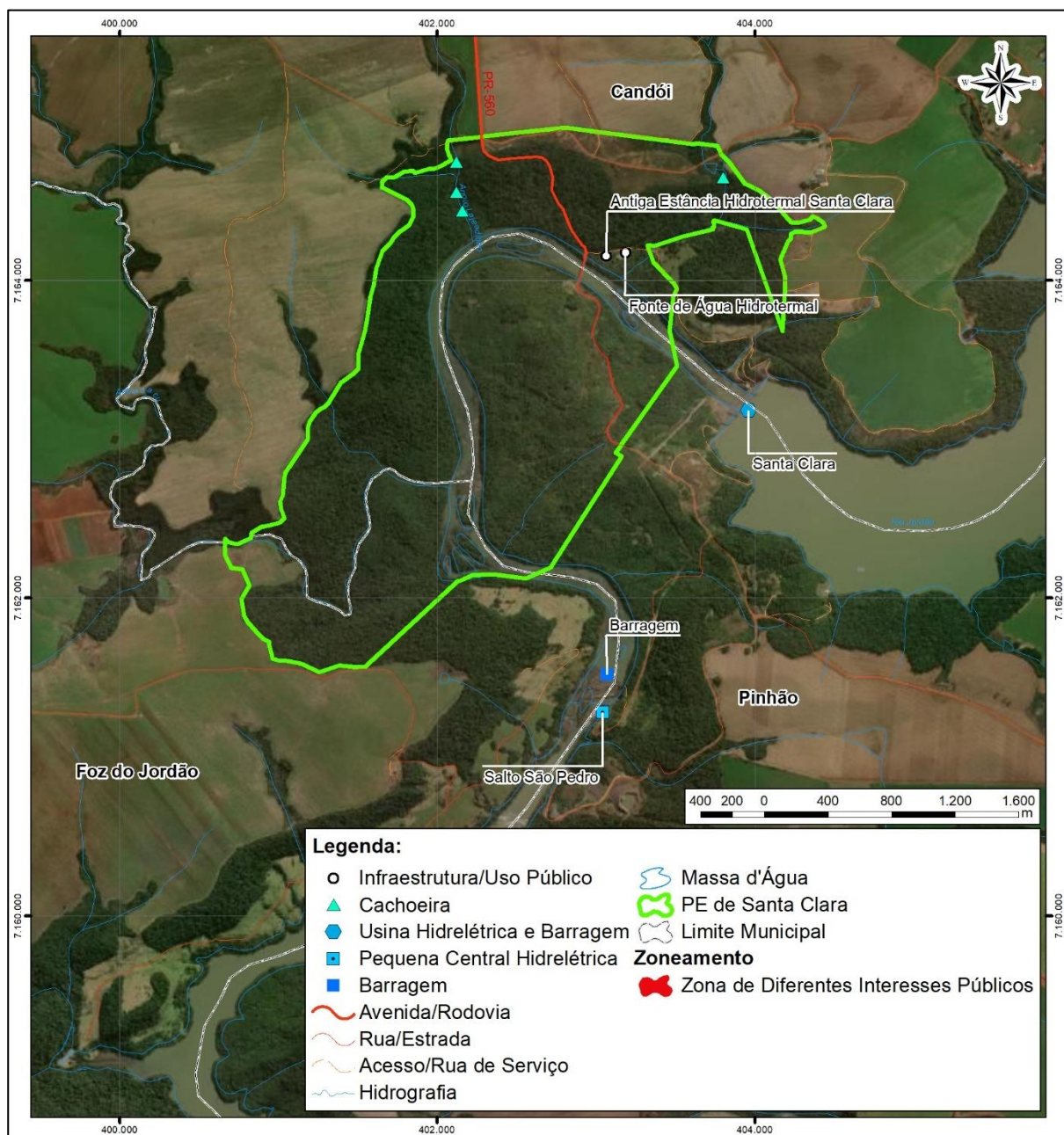


Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

4.1.4 Zona de Diferentes Interesses Públicos

É a zona que contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse público ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da UC ou com os seus objetivos de criação. Estão inseridas nesta zona as estradas que transpõem o PESC e a ponte sobre o rio Jordão (Figura 7).

Figura 7 Zona de Diferentes Interesses Públicos do Parque Estadual de Santa Clara



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

Normas Específicas para a Zona de Diferentes Interesses Públicos

- 1) São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação e sua infraestrutura (respeitadas às especificidades da UC e dos empreendimentos), atividades e serviços inerentes aos empreendimentos
- 2) A empresa responsável pela operação do empreendimento desenvolverá ações preventivas e mitigadoras de impactos sobre a UC.
- 3) Os empreendedores devem comunicar à administração da UC quando forem realizar atividades no interior da mesma. Em casos específicos devem possuir autorização do órgão gestor da UC.

4.1.5 Zona de Amortecimento

Conforme definido pela Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC), a Zona de Amortecimento (ZA) é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Estas leis determinam que a ZA pode “ser definida no ato de criação da unidade ou posteriormente”, sendo que, “uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana”, como também determinam que o Plano de Manejo deve abranger a ZA e os corredores ecológicos.

A função da ZA é a contenção dos possíveis efeitos negativos externos sobre a UC, em especial ao alcance do seu objetivo de criação, como invasões de espécies exóticas, patógenos, poluentes, incêndios, atividades ilegais ou desordenadas etc., levando em consideração todo o contexto em que a área protegida está inserida.

Os principais critérios da proposta de delimitação da zona de amortecimento para o PESC foram:

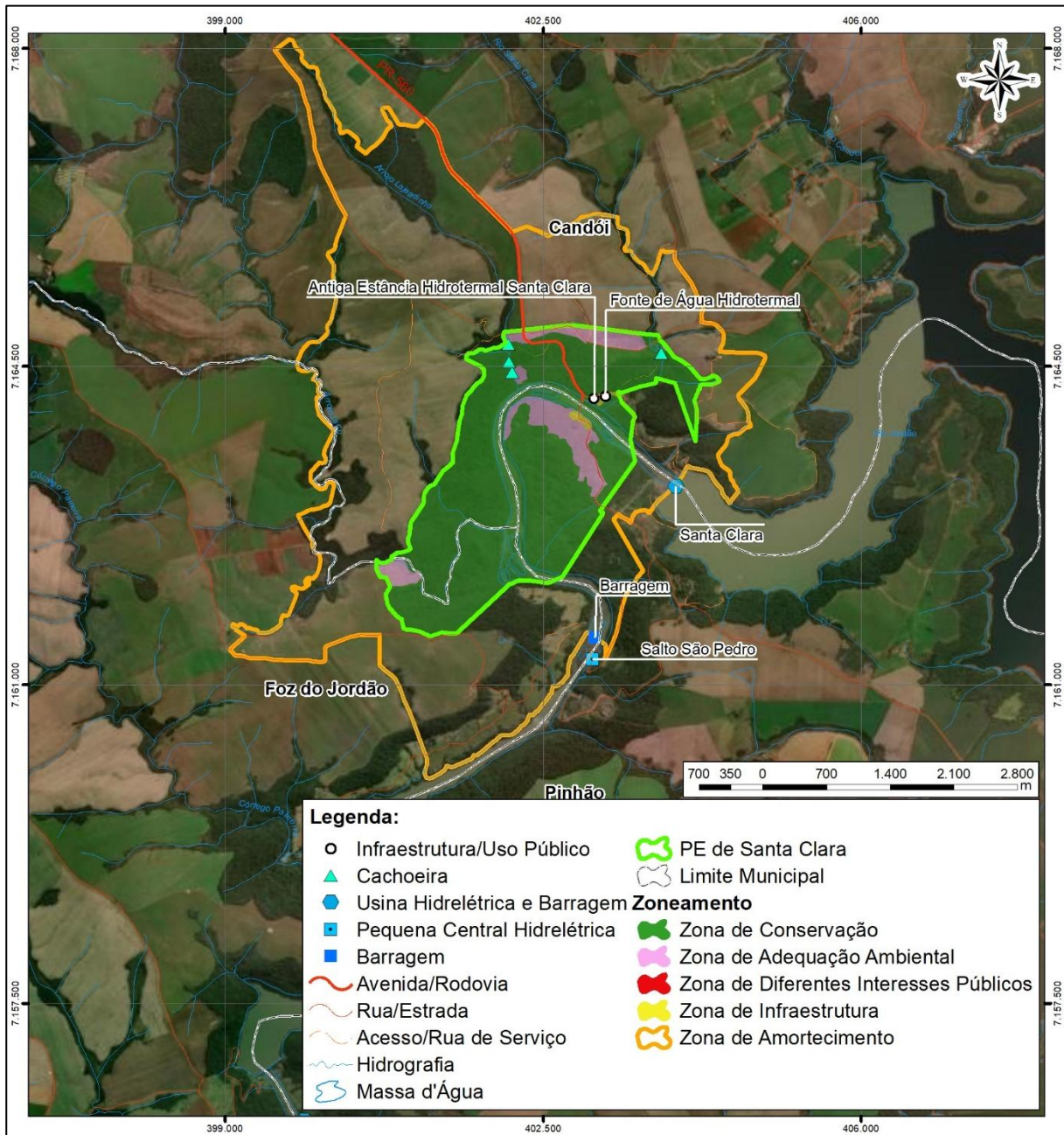
1. O entorno da UC onde estão presentes outros remanescentes de vegetação nativa de interesse em conservação por consistirem em áreas de abrigo ou alimentação de espécies raras ou ameaçadas de extinção, bem como microbacias que drenam para a área do parque, perfazendo um *buffer* de cerca de 3 km no entorno da UC;
2. Remanescentes de ambientes naturais ou áreas naturais protegidas com potencial de conectividade com a UC localizados na faixa marginal do reservatório da UHE Salta Clara;

Portanto, considerando todas as questões levantadas, a ZA do PESC está representada na Figura 8 e, na sequência, estão as normas para a referida ZA.

Normas da Zona de Amortecimento

- 1) Na Zona de Amortecimento onde há sobreposição com a área da UHE Santa Clara, aplica-se o regramento definido para o entorno do reservatório a partir do PACUERA do empreendimento.
- 2) As atividades desenvolvidas e aquelas a serem implantadas na ZA deverão estar em harmonia com os objetivos específicos de manejo do PESC, e não poderão comprometer a integridade do seu patrimônio natural.
- 3) As áreas de reserva legal das propriedades limítrofes à Unidade de Conservação devem, na medida do possível, estar contíguas à mesma ou às áreas de preservação permanente próximas.
- 4) As atividades de agricultura e pecuária deverão ser desenvolvidas, sempre que possível, com ações de baixo impacto, especialmente no que se refere ao uso de agrotóxicos.
- 5) Somente serão permitidos na ZA empreendimentos de baixo impacto ambiental.

Figura 8 Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Santa Clara



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2025).

4.2 Normas Gerais

▪ O que nos diz o SNUC?

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

[...]

Art. 31. É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

[...]

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes. (Regulamento)

[...]

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

[...]

Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Parágrafo único. Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

A seguir apresentam-se as normas que deverão ser observadas para as zonas internas do PESC.

- 1) Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.
- 2) Todos os servidores públicos, terceirizados ou voluntários que estiverem a serviço da gestão da UC devem necessariamente estar uniformizados e identificados.
- 3) O Parque pode ser fechado ou as atividades de visitação interditadas, eventual e temporariamente, no caso de ocorrências excepcionais, como incêndios, grandes tempestades, e outros até que sejam afastados os riscos, devendo haver ampla divulgação e comunicação à sociedade.

- 4) Áreas com riscos de enchentes ou cabeça d'água ("tromba d'água") terão seu acesso limitado quando houver indicativos desses fenômenos.
- 5) Todo os visitantes deverão assinar termo de responsabilidade no qual constará os riscos da atividade em área natural, bem como os procedimentos e condutas durante sua permanência na Unidade de Conservação, a ser elaborado pela Divisão de Unidades de Conservação.
- 6) A coleta, a apanha e a contenção de espécimes animais, incluindo sua alimentação, serão permitidas para fins estritamente científicos e didáticos, de acordo com projeto de pesquisa devidamente aprovado, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, pelo órgão gestor da UC.
- 7) A reintrodução de espécies ou indivíduos, da fauna ou flora nativa, será permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme legislação vigente.
- 8) A soltura de espécime de fauna autóctone será permitida quando a apreensão ocorrer no interior da unidade ou entorno imediato, respeitado preferencialmente o mesmo tipo de ambiente ao qual a espécie está ecologicamente associada.
- 9) É proibida a soltura de animais exóticos e alóctones na UC.
- 10) Fica proibido o ingresso e permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos, bem como animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos previstos no plano de uso público da UC, de ocupantes de áreas não indenizadas, de pessoas com necessidades especiais acompanhadas de cão de assistência, pesquisa e em resgate e salvamento.
- 11) O uso de animais de carga e montaria é permitido em caso de combate a incêndios, busca e salvamento, bem como, no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais para proteção, pesquisa e quando se tratar de acesso de ocupantes de áreas não indenizadas ou outros casos desde que devidamente aprovado pelo órgão gestor.
- 12) A restauração ou recuperação de áreas degradadas na UC, em casos excepcionais, com o uso de defensivos agrícolas químicos e espécies exóticas, deverá ter projeto específico previamente aprovado pelo órgão gestor da UC.
- 13) É permitida a realização de pesquisas científicas e outras atividades de cunho técnico-científico, desde que autorizadas na forma da legislação vigente.
- 14) A instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda deverão estar alinhadas ao padrão de identidade visual e sinalização do órgão gestor.
- 15) É permitido aparecer o crédito a parceiros das iniciativas dos parques na sua sinalização.
- 16) Todo resíduo gerado na UC deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC.
- 17) O comércio e consumo de alimentos e bebidas, assim como a ingestão de bebidas alcoólicas, será permitido na Zona de Infraestrutura com autorização do órgão gestor.
- 18) A realização de eventos na UC é permitida, devendo seguir os procedimentos definidos em regulamentação específica.

- 19) É proibido o uso de fogo na UC, exceto em atividades da UC relativas à prevenção e combate aos incêndios florestais, pesquisas ou treinamentos e atividades de manejo integrado, desde que em concordância com o órgão gestor.
- 20) Não é permitida a montagem de acampamentos de qualquer natureza, bem como a realização de fogueiras no interior da UC sem a autorização do órgão gestor.
- 21) É proibido o uso de retardantes de fogo para combate a incêndios florestais até que aprovado ou regulamentado pelo órgão gestor da UC.
- 22) Os fogareiros poderão ser utilizados nas zonas e locais previamente definidos no plano de manejo, sendo elas, preferencialmente, de uso coletivo e em áreas previamente definidas pela administração da UC ou por planejamento específico.
- 23) O treinamento militar não é permitido salvo de interesse do Parque para caso de salvamento resgate e combate a incêndio, mediante solicitação prévia e autorização do órgão gestor da UC.
- 24) É permitida a supressão de vegetação nativa na área de instalação de infraestrutura de interesse da UC de acordo com o zoneamento, conforme projeto aprovado pelo órgão gestor da UC.
- 25) Todas as obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão da UC devem, preferencialmente, considerar a adoção de tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental durante a construção ou reforma, incluindo economia e aproveitamento de materiais, de água, energia (aquecimento solar, ventilação cruzada, iluminação natural), disposição e tratamento de resíduos e efluentes, harmonização com a paisagem, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.
- 26) Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deverá contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
- 27) Quando for necessária a instalação ou melhoria de linha de distribuição de energia para estruturas da UC, deverá ser, sempre que possível, utilizada a opção que cause menor impacto ambiental e tenha maior harmonia com a paisagem, dando-se preferência à subterrânea e sempre seguindo as diretrizes institucionais vigentes.
- 28) É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para caça, pesca, exploração de produtos ou subprodutos florestais, outros produtos incompatíveis com as condutas em UC ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna, exceto nas seguintes situações: a) atividades inerentes à gestão da área; b) pesquisa científica, e; c) outros casos autorizados pela administração da UC.
- 29) O uso de veículos aéreos não tripulados no PESC poderá ser permitido mediante autorização do órgão gestor e respeitadas às legislações vigentes, quando for o caso.
- 30) O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC serão admitidos para casos especiais, como situações de emergência, resgate ou atividades de proteção do Parque e casos excepcionais mediante autorização prévia da UC.

- 31) É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização da administração da UC.
- 32) Deverão ser demolidas todas as edificações das áreas onde tenha ocorrido a regularização fundiária, desde que não tenham significado histórico-cultural e/ou não sejam de interesse para outras ações da gestão e do manejo. Os restos de demolição poderão ser reaproveitados em ações de gestão e manejo, devendo os rejeitos inertes inservíveis ser dispostos no mesmo local onde se encontravam instalados; os demais rejeitos, recicláveis ou não, deverão ser dispostos fora do parque e local apropriado, considerando a legislação vigente.
- 33) São permitidos a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies nativas no interior da UC, desde que estas estejam colocando vidas e infraestruturas em risco.
- 34) É permitida a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies exóticas no interior da UC, desde que devidamente aprovado pelo órgão gestor.
- 35) É permitida a instalação de novos equipamentos e infraestrutura necessária à exploração de atividades de visitação, desde que os projetos sejam previamente autorizados pelo órgão gestor.
- 36) Devem ser adotadas medidas de recuperação e adequação das trilhas e estradas no interior da UC, devendo haver a autorização do proprietário no caso de propriedades não indenizadas e quando o mesmo manifestar tal necessidade.
- 37) A visitação na UC, respeitadas as regras de cada uma das suas zonas, será definida pelo plano de uso público.
- 38) É proibido o uso de dermocosméticos em caso de banho ou contato com a água.
- 39) Não serão permitidas a entrada e a utilização na UC de tintas, em *spray* ou não, com exceção daquelas a serem utilizadas em pesquisas ou nas necessidades da UC.
- 40) Os arranjos paisagísticos das instalações do parque deverão privilegiar espécies da UC, quando possível.
- 41) No caso da existência de animais asselvajados (ferais) no interior da UC, uma vez constatada a sua presença, sua erradicação fica na dependência de pesquisas e projeto específico, excetuando-se os casos que ameaçam a segurança das pessoas, cuja eliminação pode ser imediata.
- 42) É permitido aparecer o crédito a parceiros das iniciativas do parque na sua sinalização.
- 43) Poderão ser propostas delegações de uso, outras formas de cooperação ou parcerias de apoio nas ações de uso público e demais atividades de interesse da unidade de conservação, de acordo com a legislação vigente, diretrizes institucionais, e/ou conforme disposto no plano de uso público ou outros instrumentos específicos.
- 44) O uso de imagens da unidade de conservação com finalidade comercial será cobrado conforme estabelecido em ato administrativo específico pelo órgão gestor. Quando a finalidade do uso de imagem da unidade de conservação for preponderantemente científica, educativa ou cultural, o uso será gratuito.

4.3 Atos Legais e Administrativos

A última parte do plano de manejo consiste na identificação dos atos legais e administrativos que regem a UC. As decisões relacionadas à gestão e manejo da área são orientadas por atos legais e administrativos, muitos dos quais são celebrados com órgãos federais, estaduais e locais, empresas, serviços públicos, organizações parceiras, concessionárias, prestadores de serviços e outras entidades. Esses instrumentos formais de ordenamento jurídico, como leis, portarias publicadas na imprensa oficial e instruções normativas, têm valor prático e institucional, além de estabelecerem restrições adicionais para o território da UC. A seguir, são apresentados os atos legais existentes para o PESC, organizados por tema.

▪ *Instrumentos de Gestão Ambiental e Unidades de Conservação*

Instrução Normativa IAT nº 57, de 30 de junho de 2025: Dispõe sobre as normas e diretrizes para elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação Estaduais.

Portaria IAT nº 297, de 27 de maio de 2025: Institui Conselho Consultivo de Unidades de Conservação Estaduais.

Portaria IAT nº 06, de 07 de janeiro de 2025: Regulamenta os Termos de Compromisso e estabelece diretrizes e procedimentos para formalizar compromissos dos municípios no apoio à gestão de áreas protegidas no Paraná visando melhorar o desempenho nos critérios das avaliações anuais do ICMS Ecológico por Biodiversidade e definir orientações para o cumprimento das obrigações municipais relacionadas às áreas protegidas assegurando a manutenção dessas áreas no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC e no ICMS Ecológico.

Portaria IAT nº 05, de 07 de janeiro de 2025: Regulamenta o Programa ICMS Ecológico por Biodiversidade, que visa promover a conservação ambiental e atuar como aporte institucional para a estruturação do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Especialmente Protegidas - CEUC, vinculado à Diretoria de Patrimônio Natural - DIPAN do Instituto Água e Terra - IAT, com o objetivo de operacionalizar a Lei Complementar Estadual nº 249/2022 e os Decretos Estaduais nº 2.791/1996, nº 1.529/2007 e nº 3.446/1997.

Resolução conjunta SEMA/IAP nº 005 de 2009: Estabelece e define o mapeamento das Áreas Estratégicas para a Conservação e a Recuperação da Biodiversidade no Estado do Paraná e dá outras providências.

Decreto Estadual nº 6.537, de 03 de maio de 2006: Cria o Parque Estadual de Santa Clara nos municípios de Cândói, Foz do Jordão e Pinhão.

Decreto Federal nº 4340, de 22 de agosto de 2002: Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 12.945, de 05 de setembro de 2000: Institui o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, conforme especifica e adota outras providências.

Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998: Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

▪ *Uso Público em Unidades de Conservação*

Portaria IAT nº 430, de 30 de outubro de 2024: Normas para turismo de aventura e ecoturismo em UCs.

Portaria IAT nº 429, de 30 de outubro de 2024: Doações para UCs do Paraná (INVESTE PARQUES).

Portaria IAT nº 255, de 10 de julho de 2024: Normas para pesquisas científicas em UCs estaduais.

Portaria IAT nº 244, de 17 de maio de 2023: Estabelecer as diretrizes e procedimentos para implementação do Projeto Passarinhar Paraná nas unidades de conservação estaduais, vinculadas ao Programa Parques Paraná.

Portaria IAT nº 86, de 01 de março de 2023: Regulamenta o uso de equipamentos de aeromodelismo (drones e similares) em Unidades de Conservação Estaduais.

▪ *Licenciamento Ambiental e Regularização Ambiental*

Instrução Normativa IAT nº 54, de 30 de junho de 2025: Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para realocação de Reserva Legal, para fins de licenciamento ambiental de empreendimentos de utilidade pública e/ou interesse social.

Instrução Normativa IAT nº 53, de 30 de junho de 2025: Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para a compensação de Reserva Legal nas modalidades de Servidão Ambiental, Cadastramento de Área Equivalente, e doação de área no interior de Unidade de Conservação Estadual.

Instrução Normativa IAT nº 16, de 24 de abril de 2025: Estabelece as diretrizes para compensação ambiental, no cumprimento do disposto no art. 17 da Lei Federal no 11.428, de 22 de dezembro de 2006 regulamentada pelo Decreto nº 6.660 de 21 de novembro de 2008, decorrente de supressão de vegetação nativa, pertencentes ao Bioma Mata Atlântica, e seus ecossistemas associados, no Estado do Paraná.

Instrução Normativa IAT nº 13, de 24 de abril de 2025: Estabelece critérios para a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) nos licenciamentos ambientais de projetos agropecuários e plantios florestais de espécies exóticas que contemplem áreas incultas, nos termos que especifica.

Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024: Dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Portaria IAT nº 12, de 10 de janeiro de 2024: Estabelece diretrizes para estudos de fauna em processos de licenciamento ambiental no Estado do Paraná, revoga a Portaria IAT nº 51/2023, que estabelece critérios para a emissão de Autorizações Ambientais para Estudos de Fauna em processos de Licenciamento Ambiental; a Instrução Normativa IAT nº 2/2023, que dispõe instruções para os procedimentos administrativos de autorizações Ambientais para Manejo de Fauna; e a Portaria IAT nº 22/2020, que estabelece procedimentos para a padronização metodológica ao monitoramento de atropelamentos de animais silvestres.

Portaria IAT nº 170, de 01 de julho de 2020: Estabelece procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas - PRADs em ecossistemas terrestres.

Decreto Estadual nº 11.515, de 29 de outubro de 2018: Regulamenta a Lei nº 18.295, de 10 de novembro de 2014, que dispõe sobre as formas, prazos e procedimentos para a regularização ambiental das propriedades rurais no Estado do Paraná.

Lei Estadual nº 18.295, de 11 de novembro de 2014: Institui o Programa de Regularização Ambiental - PRA nos imóveis rurais do Paraná.

▪ *Fauna e Flora*

Decreto Estadual nº 6.040, de 05 de junho de 2024: Reconhece as espécies de fauna ameaçada de extinção no Estado do Paraná e dá outras providências.

Portaria GM/MMA nº 300, de 13 de dezembro de 2022: Reconhece a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Portaria IAP nº 59, de 15 de abril de 2015: Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal): Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica): Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

Instrução Normativa IBAMA nº 141, de 19 de dezembro de 2006: Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.

Portaria IAP nº 192, de 02 de dezembro de 2005: Normatiza o processo de eliminação e controle de espécies vegetais exóticas invasoras em Unidades de Conservação de Proteção Integral sob administração do IAP.

Lei Estadual nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995: Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado.

- *Crimes Ambientais*

Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008: Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

A legislação e as normativas acima foram indicadas quando da elaboração deste Plano de Manejo. Deverão ser sempre verificadas atualizações e revogações, conforme o caso, considerando a legislação e normas vigentes quando da aplicação da gestão da UC.

Ainda, todas as autorizações e permissões no interior do PESC deverão passar por anuência do órgão gestor. Os procedimentos e documentações necessários para cada solicitação variam de acordo com o tipo de autorização e que estão promulgados em Portarias e Anexos específicos.

5 REFERÊNCIAS

- ABREU, E. F. *et al.* Lista de mamíferos do Brasil (2021-22). Zenodo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5802047>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- AGOSTINHO, A. A.; GOMES, L. C. Reservatório de Segredo: bases ecológicas para o manejo. Maringá: Universidade Estadual de Maringá/NUPELIA e Companhia Paranaense de Energia, 1997. 387 p.
- ARRUDA, S. D.; BÓÇON, R.; SEGER, C. Contributions towards the knowledge of the avifauna of the southern portion of Parana state, Brazil. In: CONGRESO DE ORNITOLOGÍA NEOTROPICAL, 5., 1995, Resumos. p. R.178.
- BARÇANTE, L.; VALE, M.; ALVES, M. A. S. Altitudinal migration by birds: a review of the literature and a comprehensive list of species. *Journal of Field Ornithology*, v. 88, n. 4, p. 321-335, 2017.
- BENCKE, G. A. *et al.* (Orgs.). Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil: parte 1 – estados do domínio da Mata Atlântica. São Paulo: SAVE Brasil, 2006. 494 p.
- BÉRNILS, R. S.; MOURA-LEITE, J. C.; MORATO, S. A. A. Répteis. In: MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. (Ed.). Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná & Mater Natura, 2004. p. 471-510.
- BILLERMAN, S. M. *et al.* (Editores). *Birds of the World*. Cornell Laboratory of Ornithology, Ithaca, NY, USA, 2020. Disponível em: <https://birdsoftheworld.org/bow/home>. Acesso em: 4 mar. 2021.
- BÓÇON, R. *et al.* Contribuição para o conhecimento da avifauna da região sudoeste do Estado do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORNITOLOGIA, 4., 1994, Resumos. p. 43.
- BONVICINO, C. R.; OLIVEIRA, J. A.; D'ANDREA, P. S. Guia de Roedores do Brasil, com chaves para gêneros baseadas em caracteres externos. Rio de Janeiro: Centro Pan-Americano de Febre Aftosa – OPAS/OMS, 2008. 120 p. (Série Manuais Técnicos, 11).
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 24 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jan. 1997.
- CÁCERES, N. C.; MONTEIRO-FILHO, E. L. A. Os marsupiais do Brasil: biologia, ecologia e evolução. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006. 364 p.
- CASTELLA, P. R.; BRITZ, R. M. A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 233 p. (Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO).
- CHROSTOWSKI, T. On some rare or little known species of south-american birds. *Annales Zoologici Musei Polonici Historiae Naturalis*, v. 1, n. 1, p. 31-40, 1921.
- COLLAR, N. J. *et al.* Threatened birds of the Americas: The ICBP/IUCN Red Data Book. 3. ed. Cambridge: ICBP, 1992.

CONSÓRCIO SANTA CLARA. Estudo de Impacto Ambiental: Usina Hidrelétrica Santa Clara, rio Jordão, bacia do rio Iguaçu, Estado do Paraná. Curitiba, 1999. v. I / II. Local de consulta: BIAP

COPEL – Companhia Paranaense de Energia / MDK-CENCO. Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Segredo, Rio Iguaçu – Paraná. Curitiba: COPEL, 1987.

COSTA, H. C.; GUEDES, T.; BERNILS, R. S. Lista de répteis do Brasil: padrões e tendências. *Herpetologia Brasileira*, v. 10, n. 3, p. 110-279, 2021.

CRACRAFT, J. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism. In: BUCKLEY, P. A. *et al.* (Eds.). *Neotropical ornithology*. Washington DC: American Ornithologists' Union, 1985. p. 49-84. (Ornithological Monographs, 36).

CRIVELLARI, L. B. *et al.* Amphibians of grasslands in the state of Paraná, southern Brazil (Campos Sulinos). *Herpetology Notes*, v. 7, p. 639-654, 2014.

DI-BERNARDO, M.; LEMA, T. O gênero *Rhadinaea* Cope, 1863 no Brasil Meridional. IV. *Rhadinaea bilineata* (Fischer, 1885) (Serpentes, Colubridae). *Acta Biológica Leopoldensia*, v. 12, n. 2, p. 359-392, 1990.

DI-BERNARDO, M. Revalidation of the genus *Echinanthera* Cope, 1894, and its conceptual amplification (Serpentes, Colubridae). *Comunicações do Museu de Ciências da PUCRS, Série Zoologia*, v. 5, n. 13, p. 225-256, 1992.

DI-BERNARDO, M. A new species of the Neotropical snake genus *Echinanthera* Cope, 1894 from Southeastern Brazil (Serpentes, Colubridae). *The Snake*, v. 27, p. 120-126, 1996.

DIXON, J. R.; WIEST, J. A.; CEI, J. M. Revision of the Neotropical snake genus *Chironius* Fitzinger (Serpentes, Colubridae). *Monografie del Museo Regionale di Scienze Naturali*, Torino, v. 13, p. 279, 1993.

EBIRD. eBird: The Cornell Lab of Ornithology, 2022. Disponível em: www.ebird.org. Acesso em: 20 out. 2022.

EISENBERG, J. F.; REDFORD, K. H. *Mammals of the Neotropics. The central Neotropics: Equador, Peru, Bolívia, Brasil*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999. 609 p.

ELEJOR. Projeto Ambiental Básico – PBA: Usina Hidrelétrica Santa Clara – Elejor. Curitiba: Centrais Elétricas do Rio Jordão/ELEJOR e Soma, 2001. 104 p.

ELEJOR. Relatório Anual de Atividades do Programa de Salvamento Arqueológico das Usinas Hidrelétricas Santa Clara e Fundão – Vale do Rio Jordão - Paraná. Curitiba: Centrais Elétricas do Rio Jordão/ELEJOR e IGPlan Inteligência Geográfica, 2005. 45 p.

ELEJOR. Relatório do Programa de Monitoramento e Resgate de Fauna do Complexo Energético Fundão-Santa Clara – PR (janeiro de dezembro de 2006). Curitiba: Centrais Elétricas do Rio Jordão/ELEJOR e Consilium: Meio Ambiente e Projetos, 2006. 260 p.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sistema brasileiro de classificação de solos. 5. ed. Brasília: Embrapa, 2018. (ISBN 978-85-7035-800-4).

EMMONS, L. H. *Neotropical rainforest mammals*. Chicago: University of Chicago Press, 1990. 281 p.

ENTIAUSPE-NETO, O. *et al.* Taxonomic revision of *Chironius bicarinatus* (Wied 1820) (Serpentes: Colubridae), with description of a new species. *Herpetological Monographs*, v. 34, p. 98-115, 2020.

FROST, D. R. Amphibian Species of the World: an Online Reference. American Museum of Natural History, New York, USA, 2022. Disponível em: <http://research.amnh.org/vz/herpetology/amphibia/index.php>. Acesso em: 9 nov. 2022.

FUPEF & COPEL. Aproveitamento científico da flora e da fauna da área do reservatório da Usina Hidrelétrica de Segredo – Relatório final. 1992. 62 p.

GARDNER, A. L. Mammals of South America, Vol. 1: marsupials, xenarthrans, shrews, and bats. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. 669 p.

GOERCK, J. M. Distribution of birds along an elevational gradient in the Atlantic forest of Brazil: implications for the conservation of endemic and endangered species. Bird Conservation International, v. 9, p. 235-253, 1999.

GRAIPEL, M. E. *et al.* Mamíferos da Mata Atlântica. In: MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; CONTE, C. E. (Ed.). Revisões em Zoologia: Mata Atlântica. Curitiba: Editora UFPR, 2017. p. 391-482.

IAP. Plano de Manejo: Estação Ecológica do Rio dos Touros. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2007. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Planos-de-Manejo>. Acesso em: 7 out. 2022.

IAP. Plano de Manejo: Refúgio da Vida Silvestre do Pinhão. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2007. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Planos-de-Manejo>. Acesso em: 7 out. 2022.

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992. 91 p. (Manuais Técnicos em Geociências, n. 1).

IBGE. Mapa de Biomas do Brasil: primeira aproximação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004a. Mapa em escala 1:5.000.000.

IBGE. Mapa de vegetação do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004b. Mapa em escala 1:5.000.000.

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. 275 p. (Manuais Técnicos em Geociências, n. 1).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de Informações Ambientais - BDIA. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>. Acesso em: out. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de clima do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15817-clima.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: out. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira: Manuais Técnicos em Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ICMBio/MMA. Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Vol. III. Aves. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente (org.). Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de

conservação federais. Brasília: [S.N.], 2018. 208 p. (ISBN 978-65-5024-002-8). Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

INATURALIST. iNaturalist, 2022. Disponível em: <http://www.inaturalist.org>. Acesso em: 15 out. 2022.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil. Normais climatológicas (2011/2021). Brasília: INMET, 2022. Disponível em: <https://bdmep.inmet.gov.br>. Acesso em: out. 2022.

INSTITUTO ÁGUAS DO PARANÁ. Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea - Produto 1 – Caracterização Geral. 2019. 101 p.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Base de dados do Estado – BDEweb. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 23 set. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Material e Patrimônio Arqueológico. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ISERNHAGEN, I. A fitossociologia florestal no Paraná e os programas de recuperação de áreas degradadas: uma avaliação. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Botânica, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná. 219p.

IUCN. The IUCN Red List of Threatened Species, 2022-1. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org>. Acesso em: 15 out. 2022.

JACZEWSKI, T. The Polish Zoological Expedition to Brazil in the years 1921-1924. Itinerary and brief reports. *Annales Zoologici Musei Polonici Historiae Naturalis*, v. 4, n. 4, p. 326-351, 1925.

LAZZARIN, L. C. *et al.* Invasão biológica por *Hovenia dulcis* Thunb. em fragmentos florestais na região do Alto Uruguai, Brasil. *Revista Árvore*, v. 39, n. 6, p. 1007-1017, 2015.

LORINI, M. L.; PERSSON, V. G. A contribuição de André Mayer à História Natural no Paraná: II. Mamíferos do segundo planalto paranaense. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, v. 33, n. 1, p. 117-132, 1990.

MAACK, R. Geografia física do Estado do Paraná. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. 452 p.

MARGARIDO, T. C. C.; BRAGA, F. G. Mamíferos. In: MIKICH, S. B.; BERNILS, R. S. (Ed.). Livro vermelho da fauna ameaçada do estado do Paraná. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2004. p. 27-142.

MARINHO FILHO, J. Distribution of bat diversity in the southern and southeastern Brazilian Atlantic Forest. *Chiroptera Neotropical*, v. 2, n. 2, p. 51-54, 1996.

MEHTA, S. V. *et al.* Optimal detection and control strategies for invasive species management. *Ecological Economics*, v. 61, n. 2-3, p. 237-245, 2007.

MELLO-LEITÃO, C. de. As zonas de fauna da América tropical. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 8, p. 71-118, 1946.

MINEROPAR. Minerais do Paraná S.A. Atlas Geológico do Estado do Paraná. Curitiba: MINEROPAR, 2001.

MINEROPAR. Minerais do Paraná S.A. Atlas Geomorfológico do estado do Paraná – Escala base 1:250.000, modelos reduzidos 1:500.000. Curitiba: MINEROPAR, Universidade Federal do Paraná, 2006. 63 p.

MINEROPAR. Minerais do Paraná S.A. Mapa geológico do estado do Paraná Folha de Curitiba (SG.22-X-D). Curitiba: MINEROPAR, 2005. Escala 1:250.000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 21 set. 2022.

MIRETZKI, M. Padrões de distribuição de mamíferos na Floresta Atlântica brasileira. 2006. 294 f. Tese (Doutorado em Biologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORATO, S. A. A. Elaboração de programas ambientais referentes ao meio biótico para o Plano Diretor da UHE Segredo, Rio Iguaçu, Paraná. Relatório Técnico, 2001.

MORATO, S. A. A. Elaboração de programas ambientais referentes ao meio biótico para o Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Fundão, Rio Jordão, Estado do Paraná. Relatório Técnico, 2001a.

MORATO, S. A. A. Elaboração de programas ambientais referentes ao meio biótico para o Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Santa Clara, Rio Jordão, Estado do Paraná. Relatório Técnico, 2001b.

MORATO, S. A. A. Padrões de Distribuição da Fauna de Serpentes da Floresta de Araucária e Ecossistemas Associados na Região Sul do Brasil. 1995. 122 f. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

MORATO, S. A. A. *et al.* Répteis ameaçados de extinção no Estado do Paraná. In: Lista Vermelha de Animais Ameaçados de Extinção no Estado do Paraná. Curitiba: SEMA/GTZ, 1995.

MORATO, S. A. A. *et al.* A new species of *Pseudoboa* Schneider, 1801, from Southeastern Brazil (Serpentes, Colubridae, Xenodontinae, Pseudoboini). Comunicações do Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS, Série Zoologia, v. 3, n. 2, p. 253-264, 1996.

MOREIRA-LIMA, L.; SILVEIRA, L. F. Aves da Mata Atlântica. In: MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; CONTE, C. E. (Ed.). Revisões em Zoologia: Mata Atlântica. Curitiba: Editora UFPR, 2017. p. 365-390.

MOREIRA-LIMA, L. Aves da Mata Atlântica: riqueza, composição, status, endemismos e conservação. 2014. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MORRONE, J. J. Biogeografía de América Latina y el Caribe. Zaragoza: M&T Manuales y Teses SEA, 2001. 148 p. (Vol. 3).

MOURA-LEITE, J. C. de; BÉRNILS, R. S. Programas ambientais da área de influência da Usina Hidrelétrica de Segredo, Paraná. Répteis. Relatório Técnico, 1992.

MOURA-LEITE, J. C. de. Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – Aproveitamento hídrico do Rio Jordão para a Usina Hidrelétrica de Segredo, Paraná. Répteis. Relatório Técnico, 1992.

MOURA-LEITE, J. C. de. Resgate de Fauna UHE Santa Clara, Rio Jordão, Paraná. Relatório Técnico, 2005.

MOURA-LEITE, J. C. de. Resgate de Fauna UHE Fundão, Rio Jordão, Paraná. Relatório Técnico, 2006.

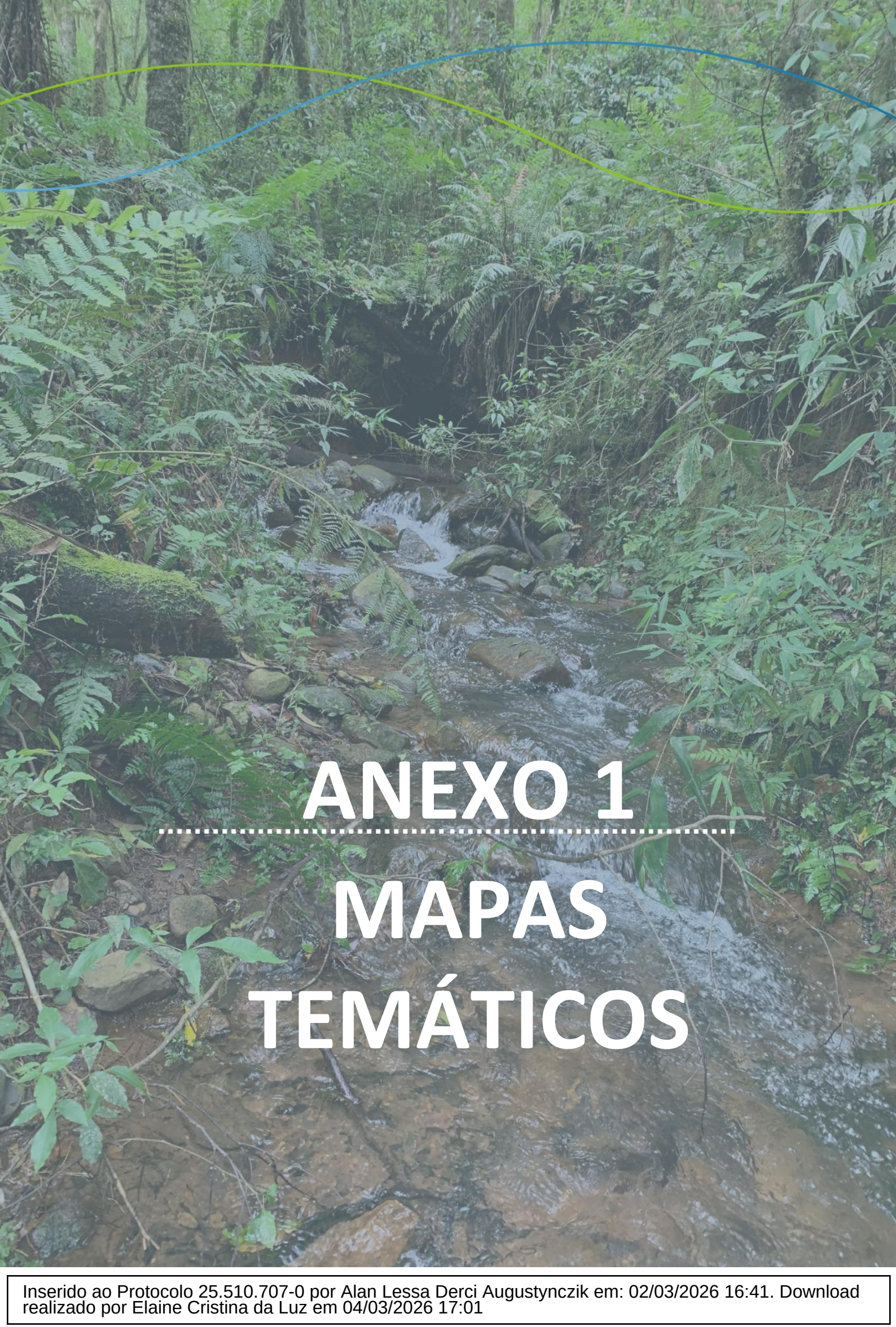
- MOURA-LEITE, J. C. de *et al.* Levantamento da fauna e monitoramento da área de influência das UHEs Santa Clara e Fundão, Rio Jordão, Paraná. *Herpetologia. Relatório Técnico*, 2006.
- MOURA-LEITE, J. C. *et al.* New records of reptiles from the state of Paraná, Brazil. *Herpetological Review*, v. 27, n. 4, p. 216-217, 1996.
- MÜLLER, P. The dispersal centres of terrestrial vertebrates in the Neotropical Realm. The Hague: Dr. W. Junk B.V., 1973. 244 p.
- NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA-INSTITUTO ÁGUA E TERRA (NGI-IAT). Regiões Fitogeográficas Do Estado Do Paraná – Mapa Fitogeográfico Atualizado 2023. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/Mapa_Fitogeografico_Atualizado_2023.pdf. Acesso em: Março de 2025.
- NOGUEIRA, C. C. *et al.* Atlas of Brazilian Snakes: Verified Point-Locality Maps to Mitigate the Wallacean Shortfall in a Megadiverse Snake Fauna. *South American Journal of Herpetology*, v. 14, n. 1, p. 1-274, 2019.
- PACHECO, J. F. *et al.* Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – segunda edição. *Ornithology Research*, v. 29, n. 2, 2021. <https://doi.org/10.1007/s43388-021-00058-x>.
- PAGLIA, A. P. *et al.* Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil 2ª Edição. *Occasional Papers in Conservation Biology*, n. 6, p. 1-76, 2012.
- PARANÁ (Estado). Decreto Estadual nº 6.537 de 3 de maio de 2006. Cria o Parque Estadual de Santa Clara, nos municípios de Cândói, Foz do Jordão e Pinhão.
- PARKER III, T. A.; STOTZ, D. F.; FITZPATRICK, J. W. Ecological and distributional databases. In: STOTZ, D. F. *et al.* (Eds.). *Neotropical birds: ecology and conservation*. Chicago: University of Chicago Press, 1996. p. 113-436.
- PERSSON, V. G.; LORINI, M. L. Contribuição ao conhecimento mastofaunístico da Porção Centro-Sul do Estado do Paraná. *Acta Biológica Leopoldensia*, v. 12, n. 1, p. 79-98, 1990.
- PINTO, O. M. de O. Catálogo das aves do Brasil e lista dos exemplares que as representam no Museu Paulista: 1ª parte, Aves não Passeriformes e Passeriformes não Oscines excluída a Fam. Tyrannidae e seguintes. *Revista do Museu Paulista*, v. 22, p. 1-566, 1938.
- PINTO, O. M. de O. Catálogo das Aves do Brasil e lista dos exemplares na coleção do Departamento de Zoologia: 2ª parte, Ordem Passeriformes (continuação): Superfamília Tyrannoidea e Subordem Passeres. São Paulo: Departamento de Zoologia, 1944. 700 p.
- PIVELLO, V. R.; CARVALHO, V. M. C.; LOPES, P. F.; PECCININI, A. A.; ROSSO, S. Abundance and distribution of native and invasive grasses in a Cerrado (Brazilian savanna) biological reserve. *Biotropica*, v. 31, n. 1, p. 71-82, 1999.
- RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais. Dados de Estabelecimentos e Vínculos Empregatícios. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 20 set. 2022.
- REIS, N. R. *et al.* Mamíferos do Brasil. 2. ed. Londrina: Nelio R. dos Reis (ed.), 2011. 439 p.
- RIBAS, E. R.; MONTEIRO-FILHO, E. L. A. Distribuição e habitat das tartarugas de água-doce (Testudines, Chelidae) do Estado do Paraná, Brasil. *Biociências*, v. 10, n. 2, p. 15-32, 2002.

- RIBEIRO, M. C. *et al.* The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biological Conservation*, v. 142, n. 6, p. 1141-1153, 2009.
- RODERJAN, C. V. *et al.* As unidades fitogeográficas do estado do Paraná, Brasil. *Ciência & Ambiente*, v. 24, n. 1, p. 75-92, 2002.
- ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. *Revista do Departamento de Geografia, São Paulo*, v. 8, p. 63-74, 1995.
- SANTOS, L. J. *et al.* Mapeamento da vulnerabilidade geoambiental do estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geociências*, v. 37, n. 4, p. 812-820, 2007.
- SANTOS-PEREIRA, M.; POMBAL-JR., J. P.; ROCHA, C. F. C. Anuran amphibians in state of Paraná, southern Brazil. *Biota Neotropica*, v. 18, n. 3, e20170322, 2018.
- SCHERER-NETO, P. *et al.* Lista das aves do Paraná. Curitiba: Hori Consultoria Ambiental, 2011. 130 p. (Hori Cadernos Técnicos, n. 2).
- SEGALLA, M. V.; LANGONE, J. A. Anfíbios. In: MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. (Org.). Livro vermelho da fauna ameaçada do Estado do Paraná. Curitiba: IAP/Mater Natura, 2004. p. 539-577.
- SEGALLA, M. V. *et al.* List of Brazilian Amphibians. *Herpetologia Brasileira*, v. 10, n. 1, p. 121-216, 2021.
- SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Do Paraná. Bacias Hidrográficas do Paraná. 2015. 140 p.
- SERAFINI, P. (org.). Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Passeriformes Ameaçados dos Campos Sulinos e Espinilho. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2013. (Série Espécies Ameaçadas, n. 31).
- SICK, H. Migrações de aves na América do Sul continental. Brasília: Cemave, 1983. 86 p. (Publicação Técnica, n. 2).
- SICK, H. Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 862 p.
- SILVA, J. M. C. da; SOUSA, M. C. de; CASTELLETTI, C. H. M. Areas of endemism for passerine birds in the Atlantic Forest, South America. *Global Ecology and Biogeography*, v. 13, p. 85-92, 2004.
- SILVEIRA, L. F.; STRAUBE, F. C. Aves ameaçadas de extinção no Brasil. In: MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (Eds.). Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2008. p. 378-679. (Série Biodiversidade, n. 19, v. 2).
- SIMEPAR. Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná. Disponível em: <http://www.simepar.br/>. Acesso em: out. 2022.
- SNIS. Sistema Nacional de Informações do Saneamento. Dados do Saneamento Básico. Disponível em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua. Acesso em: 12 set. 2022.
- SOMENZARI, M. *et al.* An overview of migratory birds in Brazil. *Papéis Avulsos de Zoologia*, v. 58, p. 1-66, 2018.
- SOUZA-FILHO, G. A.; PLOMBON, L. L. Rediscovery and geographic distribution of *Philodryas agassizii* (Jan, 1863) (Squamata: Dipsadidae) in the state of Paraná, Southern Brazil. *Biotemas*, v. 27, n. 1, p. 155-158, 2014.

- SOUZA-FILHO, G. A. *Cnemidophorus vacariensis* Feltrim and Lema, 2000 (Squamata: Teiidae): A new record for the state of Paraná, southern Brazil. *Check List*, v. 9, n. 6, p. 1564-1566, 2013.
- SOUZA-FILHO, G. A.; PLOMBON, L. L.; CAPELA, D. J. V. Reptiles of the Complexo Energético Fundação-Santa Clara, central-south region of Paraná state, southern Brazil. *Check List*, v. 11, n. 3, 6 p., 2015.
- STRAUBE, F. C.; KRUL, R.; CARRANO, E. Coletânea da avifauna da região sul do estado do Paraná (Brasil). *Atualidades Ornitológicas*, n. 125, p. 10, 2005.
- STRAUBE, F. C.; ARRUDA, S. D. Coletânea da avifauna na porção sul do estado do Paraná. *Resumos do I Congresso Brasileiro de Ornitologia* (Belém, PA), n. 21, p. 15, 1991.
- STRAUBE, F. C.; DI GIÁCOMO, A. A avifauna das regiões subtropical e temperada do Neotrópico: desafios biogeográficos. *Ciência & Ambiente*, v. 35, p. 137-166, 2007.
- STRAUBE, F. C.; REINERT, B. L. Avifauna da Usina Hidrelétrica de Segredo (sudoeste do Paraná) e a influência atlântica nas florestas com araucária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORNITOLOGIA, 3., 1993, Pelotas. *Resumos do III Congresso Brasileiro de Ornitologia* (Pelotas, RS), p. P69.
- STRAUBE, F. C. *et al.* Aves. In: MIKICH, S. B.; BÉRNILS, R. S. (orgs.). *Livro vermelho da fauna ameaçada no Estado do Paraná*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2004. p. 1-764.
- STRAUBE, F. C. *et al.* IPAVE-2012: Inventário participativo das aves do Paraná. Curitiba: Hori Consultoria Ambiental, 2013. 221 p. (Hori Cadernos Técnicos, n. 7).
- STRAUBE, F. C. *et al.* Desafios para o inventário avifaunístico do Paraná: 1. Interpolações de distribuição. *Atualidades Ornitológicas*, n. 176, p. 33-37, 2013.
- STRAUBE, F. C. Contribuição ao conhecimento da avifauna da região sudoeste do Estado do Paraná. *Biotemas*, v. 1, n. 1, p. 63-75, 1988.
- SZTOLCMAN, J. Étude des collections ornithologiques de Paraná. *Annales Zoologici Musei Polonici Historiae Naturalis*, v. 5, p. 107-196, 1926.
- VALENTE, R. de M. *et al.* (orgs.). *Conservação de aves migratórias neárticas no Brasil*. Belém: Conservação Internacional, 2011. 400 p.
- VOSS, R. S.; EMMONS, L. H. Mammalian diversity in neotropical lowland rainforest: a preliminary assessment. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, v. 230, p. 1-117, 1996.
- WIKIAVES. Wiki Aves, a enciclopédia das aves do Brasil. Banco de dados online, 2022. Disponível em: <http://www.wikiaves.com.br>. Acesso em: 15 out. 2022.
- WIKIPARQUES. Wikiparques, 2022. Disponível em: <https://www.wikiparques.org/wiki/Categoria:Parana>. Acesso em: 7 out. 2022.
- XENOCANTO. Xeno-canto: sharing bird songs around the world. Banco de dados online, 2022. Disponível em: <http://www.xeno-canto.org>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ZINN, Y. L.; RESCK, D. V. S.; DA SILVA, J. E. Soil organic carbon as affected by afforestation with Eucalyptus and Pinus in the Cerrado region of Brazil. *Forest Ecology and Management*, v. 166, n. 1, p. 285-294, 2002.



ANEXOS



ANEXO 1

MAPAS TEMÁTICOS



ANEXO 2

LISTA DE ESPÉCIES DE FLORA

Lista de espécies nativas da flora encontradas nas imediações do Parque Estadual Santa Clara, classificadas por ordem de família e espécie. Indica-se também o grau de endemismo no Brasil e o grau de ameaça nacional (CNCFlora) e internacional (IUCN Redlist).

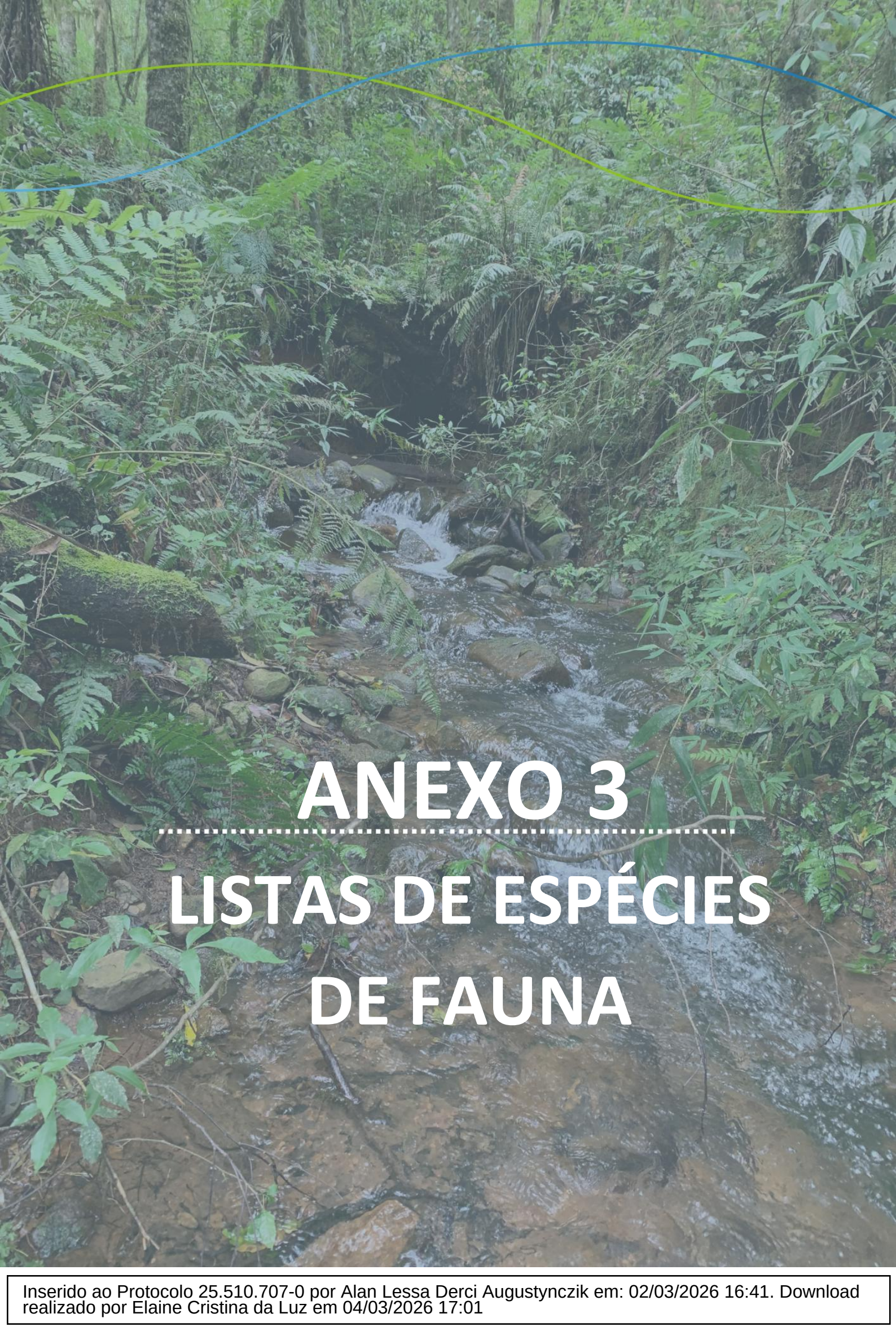
FAMÍLIA	ESPÉCIE	ENDEMISMO	AMEAÇA	
			CNCFlora	IUCN
Anacardiaceae	<i>Lithraea brasiliensis</i>	Não endêmica		
Anacardiaceae	<i>Lithraea molleoides</i>	Não endêmica		
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolia</i>	Não endêmica		
Annonaceae	<i>Annona sylvatica</i>	Endêmica		
Aquifoliaceae	<i>Ilex dumosa</i>	Não endêmica		
Aquifoliaceae	<i>Ilex paraguariensis</i>	Não endêmica	LC	
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i>	Não endêmica	EN	CR
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Não endêmica	LC	
Asteraceae	<i>Austroeupatorium rosmarinaceum</i>	Endêmica	VU	
Asteraceae	<i>Baccharis semiserrata</i>	Não endêmica		
Bromeliaceae	<i>Aechmea recurvata</i>	Não endêmica		
Bromeliaceae	<i>Bromelia balansae</i>	Não endêmica	LC	
Bromeliaceae	<i>Tillandsia stricta</i>	Não endêmica		
Bromeliaceae	<i>Vriesea reitzii</i>	Endêmica	NT	
Cactaceae	<i>Hatiora salicornioides</i>	Endêmica		LC
Canellaceae	<i>Cinnamodendron dinisii</i>	Endêmica		
Convolvulaceae	<i>Distimake cissoides</i>	Não endêmica		
Euphorbiaceae	<i>Gymnanthes klotzschiana</i>	Não endêmica		
Euphorbiaceae	<i>Sapium glandulosum</i>	Não endêmica		
Fabaceae	<i>Erythrina falcata</i>	Não endêmica		LC
Fabaceae	<i>Machaerium paraguariense</i>	Não endêmica	LC	
Fabaceae	<i>Parapiptadenia rigida</i>	Não endêmica		
Fabaceae	<i>Senegalia polyphylla</i>	Não endêmica		
Lamiaceae	<i>Vitex megapotamica</i>	Não endêmica		

FAMÍLIA	ESPÉCIE	ENDEMISMO	AMEAÇA	
			CNCFlora	IUCN
Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i>	Não endêmica	LC	
Malvaceae	<i>Luehea divaricata</i>	Não endêmica		
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i>	Não endêmica	VU	VU
Monimiaceae	<i>Mollinedia clavigera</i>	Endêmica	NT	
Myrtaceae	<i>Blepharocalyx salicifolius</i>	Não endêmica	LC	
Myrtaceae	<i>Feijoa sellowiana</i>	Não endêmica		
Poaceae	<i>Andropogon bicornis</i>	Não endêmica		
Poaceae	<i>Merostachys multiramea</i>	Não endêmica		
Podocarpaceae	<i>Podocarpus lambertii</i>	Endêmica	LC	NT
Polygonaceae	<i>Ruprechtia laxiflora</i>	Não endêmica		
Polypodiaceae	<i>Campyloneurum angustifolium</i>	Não endêmica		
Polypodiaceae	<i>Campyloneurum nitidum</i>	Não endêmica		
Polypodiaceae	<i>Pleopeltis minima</i>	Não endêmica		
Polypodiaceae	<i>Pleopeltis pleopeltifolia</i>	Endêmica		
Polypodiaceae	<i>Serpocaulon catharinae</i>	Não endêmica		
Primulaceae	<i>Myrsine parvifolia</i>	Não endêmica		
Proteaceae	<i>Roupala montana</i> var. <i>brasiliensis</i>	Não endêmica		
Rosaceae	<i>Prunus brasiliensis</i>	Não endêmica		
Sapindaceae	<i>Allophylus edulis</i>	Não endêmica		
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i>	Não endêmica		
Sapindaceae	<i>Matayba elaeagnoides</i>	Não endêmica		
Solanaceae	<i>Solanum sanctae-catharinae</i>	Não endêmica		
Symplocaceae	<i>Symplocos uniflora</i>	Não endêmica		
Thelypteridaceae	<i>Amauropelta rivularioides</i>	Não endêmica		

Obs: LC = Pouco Preocupante. NT = Quase ameaçado. VU = Vulnerável. EN = Em perigo. CR = Criticamente em perigo. Dados foram obtidos a partir do GBIF (Global Biodiversity Information Facility), speciesLink Network – Herbário Virtual da Flora e dos Fungos e do RAS elaborado para a hidroelétrica PCH Parque (2013).

Espécies exóticas (cultivadas ou naturalizadas) encontradas nas mediações do PE Santa Clara, conforme Flora e Funga do Brasil 2022.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	CATEGORIA
Asteraceae	<i>Bidens pilosa</i>	Naturalizada
Cupressaceae	<i>Cryptomeria japonica</i>	Cultivada
Myrtaceae	<i>Eucalyptus dunnii</i>	Cultivada
Oleaceae	<i>Ligustrum vulgare</i>	Naturalizada
Pinaceae	<i>Pinus taeda</i>	Naturalizada
Poaceae	<i>Brachiaria decumbens</i>	Naturalizada
Rhamnaceae	<i>Hovenia dulcis</i>	Naturalizada
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i>	Naturalizada
Rutaceae	<i>Citrus reticulata</i>	Cultivada



ANEXO 3

LISTAS DE ESPÉCIES DE FAUNA

Lista de mastofauna confirmada ou supositiva ocorrência no Parque Estadual Santa Clara, com indicadores ecológicos (ECO), biogeográficos (BG) e de conservação (CONS).

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
CARNIVORA									
CANIDAE									
<i>Cerdocyon thous</i>	cachorro-do-mato	T	TE						
<i>Chrysocyon brachyurus</i>	lobo-guará	T	TE	EC				VU	EN
<i>Lycalopex gymnocercus</i>	graxaim-do-campo	T	TE	CS					
MUSTELIDAE									
<i>Eira barbara</i>	irara	T	TE						
<i>Galictis cuja</i>	furão-pequeno	T	TE						
<i>Lontra longicaudis</i>	lontra	T	SA	CAF					VU
PROCYONIDAE									
<i>Nasua nasua</i>	quati	T	ES						
<i>Procyon cancrivorus</i>	mão-pelada	T	TE	BR					
FELIDAE									
<i>Herpailurus yagouaroundi</i>	jaguarundi	T	TE					VU	VU
<i>Leopardus guttulus</i>	gato-do-mato-pequeno	T	ES		x	x	VU	VU	VU
<i>Leopardus pardalis</i>	jaguaririca	T	ES						VU
<i>Leopardus wiedii</i>	gato-maracajá	T	ES					VU	EN
<i>Puma concolor</i>	puma	T	TE					VU	VU
<i>Panthera onca</i>	onça-pintada	T	TE					VU	CR
CETARTIODACTYLA									
CERVIDAE									
<i>Mazama rufa</i>	veado-mateiro	T	TE						VU
<i>Subulo gouazoubira</i>	veado-catingueiro	T	TE						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Mazama nana</i>	veado-cambuta	T	TE		x			VU	VU
TAYASSUIDAE									
<i>Dicotyles tajacu</i>	cateto	T	TE						EN
<i>Tayassu pecari</i>	queixada	T	TE					VU	CR
CHIROPTERA									
MOLOSSIDAE									
<i>Cynomops abrasus</i>	morcego	V	AE						
<i>Eumops auripendulus</i>	morcego	V	AE						
<i>Molossops neglectus</i>	morcego	V	AE						
<i>Molossus molossus</i>	morcego	V	AE						
<i>Molossus rufus</i>	morcego	V	AE						
<i>Nyctinomops laticaudatus</i>	morcego	V	AE						
<i>Promops nasutus</i>	morcego	V	AE						
<i>Tadarida brasiliensis</i>	morcego	V	AE						
NOCTILIONIDAE									
<i>Noctilio albiventris</i>	morcego-pescador-pequeno	V	AE	CAF					
<i>Noctilio leporinus</i>	morcego-pescador-grande	V	AE	CAF					
PHYLLOSTOMIDAE									
<i>Carollia perspicillata</i>	morcego	V	AE						
<i>Desmodus rotundus</i>	morcego-vampiro	V	AE						
<i>Diaemus youngii</i>	morcego-vampiro	V	AE						
<i>Diphylla ecaudata</i>	morcego-vampiro	V	AE						
<i>Anoura caudifer</i>	morcego-beija-flor	V	AE						
<i>Anoura geoffroyi</i>	morcego-beija-flor	V	AE						
<i>Glossophaga soricina</i>	morcego-beija-flor	V	AE						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Tonatia bidens</i>	morcego-caçador	V	AE						
<i>Chrotopterus auritus</i>	morcego-caçador	V	AE						
<i>Artibeus (Artibeus) fimbriatus</i>	morcego	V	AE						
<i>Artibeus (Artibeus) lituratus</i>	morcego	V	AE						
<i>Artibeus (Artibeus) planirostris</i>	morcego	V	AE						
<i>Platyrrhinus lineatus</i>	morcego	V	AE						
<i>Pygoderma bilabiatum</i>	morcego	V	AE						
<i>Vampyressa pusilla</i>	morcego	V	AE						
<i>Sturnira (Sturnira) lilium</i>	morcego-flor-de-lis	V	AE						
VESPRTLIONIDAE									
<i>Myotis albescent</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Myotis levis</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Myotis nigricans</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Myotis riparius</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Myotis ruber</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Eptesicus brasiliensis</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Eptesicus diminutus</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Eptesicus furinalis</i>	morcego-borboleta	V	AE						
<i>Histiotus velatus</i>	morcego-orelhudo	V	AE						
<i>Lasiurus (Aeorestes) egregius</i>	morcego	V	AE						
<i>Lasiurus (Lasiurus) blossevillii</i>	morcego-taturana	V	AE						
<i>Lasiurus (Aeorestes) villosissimus</i>	morcego-lanoso	V	AE						
CINGULATA									
DASYPODIDAE									
<i>Dasyus (Dasyus) novemcinctus</i>	tatu-galinha	T	FS						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Dasytus (Muletia) septemcinctus</i>	tatu-mulita	T	FS						
CHLAMYPHORIDAE									
<i>Euphractus sexcinctus</i>	tatu-peba	T	FS						
<i>Cabassous tatouay</i>	tatu-de-rabo-mole-grande	T	FS						
DIDELPHIMORPHIA									
DIDELPHIDAE									
<i>Caluromys lanatus</i>	cuíca-lanosa	T	AR						
<i>Chironectes minimus</i>	cuíca-d'água	T	SA	CAF					
<i>Lutreolina crassicaudata</i>	cuíca-de-cauda-grossa	T	ES	CH					
<i>Marmosa (Micoureus) paraguayana</i>	cuíca	T	ES						
<i>Monodelphis (Microdelphys) americana</i>	cuíca-de-três-listras	T	TE						
<i>Monodelphis (Monodelphiops) dimidiata</i>	catita	T	TE						
<i>Metachirus myosuros</i>	cuíca-de-quatro-olhos	T	ES						
<i>Gracilinanus agilis</i>	cuíca	T	AR						
<i>Marmosops (Marmosops) incanus</i>	cuíca	T	ES		x				
LAGOMORPHA									
LEPORIDAE									
<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	tapiti	T	TE						
<i>Lepus europaeus</i> exo	lebre	T	TE	CS					
PERISSODACTYLA									
TAPIRIDAE									
<i>Tapirus terrestris</i>	anta	T	TE	BR				VU	CR
PILOSA									
MYRMECOPHAGIDAE									
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	tamanduá-bandeira	T	TE	EC					CR

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Tamandua tetradactyla</i>	tamanduá-mirim	T	ES						
PRIMATES									
ATELIDAE									
<i>Alouatta guariba</i>	bugio	T	AR	DO				VU	CR
CEBIDAE									
<i>Sapajus nigritus</i>	macaco-prego-preto	T	AR	DO		x			
RODENTIA									
CAVIIDAE									
<i>Cavia aperea</i>	preá	T	TE	CH					
<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	capivara	T	SA	BR					
CUNICULIDAE									
<i>Cuniculus paca</i>	paca	T	TE	CAF					VU
DASYPROCTIDAE									
<i>Dasyprocta azarae</i>	cutia	T	TE						
ECHIMYIDAE									
<i>Kannabateomys amblyonyx</i>	rato-da-taquara	T	AR	BB					
<i>Phyllomys medius</i>	rato-da-árvore	T	AR		x	x			CR
<i>Myocastor coypus</i> exo	ratão-do-banhado	T	SA	BR					
ERETHIZONTIDAE									
<i>Coendou spinosus</i>	ouriço-cacheiro	T	AR	DO					
CRICETIDAE									
<i>Delomys dorsalis</i>	rato-do-mato	T	TE			x			
<i>Delomys sublineatus</i>	rato-do-mato	T	TE			x			
<i>Akodon paranaensis</i>	rato-do-chão	T	TE			x			
<i>Bibimys labiosus</i>	rato-do-chão	T	TE			x			

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG		CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	IUCN	BR	PR
<i>Brucepattersonius iheringi</i>	rato-do-chão	T	SF		x	x			
<i>Necomys lasiurus</i>	rato-do-mato	T	TE						
<i>Oxymycterus quaestor</i>	rato-quati	T	SF			x			
<i>Euryoryzomys russatus</i>	rato-do-mato	T	TE			x			
<i>Holochilus brasiliensis</i>	rato-d'água	T	SA						
<i>Nectomys squamipes</i>	rato-d'água	T	SA						
<i>Oecomys catherinae</i>	rato-da-árvore	T	AR						
<i>Oligoryzomys flavescens</i>	rato-do-mato	T	ES						
<i>Oligoryzomys nigripes</i>	rato-do-mato	T	ES						
<i>Sooretamys angouya</i>	rato-do-mato	T	TE			x			
<i>Juliomys pictipes</i>	rato-do-mato	T	AR			x			
MURIDAE									
<i>Mus musculus</i> exo	camundongo	T	ES						
<i>Rattus rattus</i> exo	rato-doméstico	T	ES						
<i>Rattus norvegicus</i> exo	ratazana	T	ES						
SCIURIDAE									
<i>Guerlinguetus brasiliensis</i>	serelepe	T	AR	DO					

Legenda: Indicadores ecológicos (ECO): TE, tipo ecológico (T, terrestre; A, aquático; V, voadora); DES, deslocamento (NA, natante, AS, semiaquática, ES, escansorial, AR, arborícola, TE, terrícola, SF, semifossorial, FS, fossorial, AE, aerícola); HE, uso de habitats especiais (CAF, corpos d'água florestais; CH, campos úmidos; CS, campos secos; DO, dossel e copa; BB, bambuzais; EC, ambiente estépico-savânico com cupinzeiros; AR, afloramentos rochosos e cavernas; BR, beira de rios, matas ripícolas); **Indicadores biogeográficos (BG):** BR, endêmica do Brasil; MA, endêmica da Mata Atlântica; **Indicadores de conservação (CONS):** IUCN (âmbito global); BR (âmbito federal); PR (âmbito estadual) nas categorias: CR(PRW), Criticamente em Perigo (Possivelmente Extinta na Natureza); CR, Criticamente em Perigo; EN, em perigo; VU, vulnerável.

Lista de avifauna confirmada ou supositiva ocorrência no Parque Estadual Santa Clara, com indicadores ecológicos (ECO), biogeográficos (BG) e de conservação (CONS).

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
TINAMIFORMES													
TINAMIDAE													
<i>Tinamus solitarius</i>	macuco	T	F		G		x				VU		
<i>Crypturellus obsoletus</i>	inhambuguaçu	T	F		M								
<i>Crypturellus parvirostris</i>	inhambu-chororó	T	G		P								
<i>Crypturellus tataupa</i>	inhambu-chintã	T	F		M								
<i>Rhynchotus rufescens</i>	perdiz	T	A		M								
<i>Nothura maculosa</i>	codorna-amarela	T	A		M								
ANSERIFORMES													
ANATIDAE													
<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	D	A		P								II
<i>Cairina moschata</i>	pato-do-mato	D	A		M								
<i>Amazonetta brasiliensis</i>	marreca-ananaí	D	A		P								
<i>Netta peposaca</i>	marrecão	D	A		P							VO	
GALLIFORMES													
CRACIDAE													
<i>Penelope superciliaris</i>	jacupemba	T	F		M								
<i>Penelope obscura</i>	jacuguaçu	T	F		M								
<i>Aburria jacutinga</i>	jacutinga	T	F		G		x		EN	EN	EN	Alt	
ODONTOPHORIDAE													
<i>Odontophorus capueira</i>	uru	T	F		G		x						
COLUMBIFORMES													
COLUMBIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Columba livia</i> exo	pombo-doméstico	T	G		P								
<i>Patagioenas picazuro</i>	pomba-asa-branca	T	F		M								
<i>Patagioenas cayennensis</i>	pomba-galega	T	F		M								
<i>Patagioenas plumbea</i>	pomba-amargosa	T	F		G							Alt	
<i>Geotrygon montana</i>	pariri	T	F		M								
<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu	T	F		P								
<i>Leptotila rufaxilla</i>	juriti-de-testa-branca	T	F		M								
<i>Zenaida auriculata</i>	avoante	T	G	NI/AG	P							PM	
<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-roxa	T	G		P								
<i>Columbina squammata</i>	rolinha-fogo-apagou	T	G		P								
<i>Columbina picui</i>	rolinha-pucuí	T	G		P								
CUCULIFORMES													
CUCULIDAE													
<i>Guira guira</i>	anu-branco	T	G		P								
<i>Crotophaga major</i>	anu-coroca	T	F		M								
<i>Crotophaga ani</i>	anu-preto	T	G		P								
<i>Tapera naevia</i>	saci	T	F		P								
<i>Dromococcyx phasianellus</i>	peixe-frito	T	F		M								
<i>Dromococcyx pavoninus</i>	peixe-frito-pavonino	T	F		G								
<i>Piaya cayana</i>	alma-de-gato	T	F		P								
<i>Coccyzus melacoryphus</i>	papa-lagarta-acanelado	T	F		P								
NYCTIBIFORMES													
NYCTIBIIDAE													
<i>Nyctibius griseus</i>	urutau	T	F		P								
CAPRIMULGIFORMES													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
CAPRIMULGIDAE													
Lurocalis semitorquatus	tuju	T	F		M							PM	
Nyctidromus albicollis	bacurau	T	G		P								
Hydropsalis parvula	bacurau-chintã	T	A		P							PM	
Hydropsalis torquata	bacurau-tesoura	T	A		P								
Hydropsalis forcipata	bacurau-tesourão	T	F		M		x						
Podager nacunda	corucão	T	A		P							PM	
APODIFORMES													
APODIDAE													
Cypseloides senex	taperuçu-velho	V	F	AR	M								
Streptoprocne zonaris	taperuçu-de-coleira-branca	V	G	AR	P								
Chaetura cinereiventris	andorinhão-de-sobre-cinzento	V	F		M							Alt	
Chaetura meridionalis	andorinhão-do-temporal	V	G		P								
TROCHILIDAE													
Florisuga fusca	beija-flor-preto	T	F		M							PM	
Phaethornis eurynome	rab-branco-de-garganta-rajada	T	F		M		x						
Colibri serrirostris	beija-flor-de-orelha-violeta	T	A		M							Alt	
Anthracothorax nigricollis	beija-flor-de-veste-preta	T	F		P							PM	
Calliphlox amethystina	estrelinha-ametista	T	F		P								
Chlorostilbon lucidus	besourinho-de-bico-vermelho	T	F		P								
Stephanoxis loddigesii	beija-flor-de-topete-azul	T	F		P		x						
Thalurania glaucopis	beija-flor-de-fronte-violeta	T	F		M		x						
Leucochloris albicollis	beija-flor-de-papo-branco	T	F		P		x						
GRUIFORMES													
RALLIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Mustelirallus albicollis</i>	sanã-carijó	D	A	BH	M								
<i>Pardirallus nigricans</i>	saracura-sanã	D	A	BH	M								
<i>Aramides saracura</i>	saracura-do-mato	D	F		M		x						
<i>Gallinula galeata</i>	galinha-d'água	D	A		P							Alt	
CHARADRIIFORMES													
CHARADRIIDAE													
<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	D	G	AG	P								
SCOLOPACIDAE													
<i>Bartramia longicauda</i>	maçarico-do-campo	D	A	CL	G							VN	
<i>Tringa solitaria</i>	maçarico-solitário	D	A	PF	P							VN	
<i>Tringa melanoleuca</i>	maçarico-grande-perna-amarela	D	A	PF	P							VN	
<i>Tringa flavipes</i>	maçarico-de-perna-amarela	D	A	PF	P							VN	
JACANIDAE													
<i>Jacana jacana</i>	jaçanã	D	A	HL	P								
SULIFORMES													
ANHINGIDAE													
<i>Anhinga anhinga</i>	biguatinga	D	A		M								
PHALACROCORACIDAE													
<i>Nannopterum brasilianum</i>	biguá	D	A	NI/AG	P							Alt	
PELECANIFORMES													
ARDEIDAE													
<i>Nycticorax nycticorax</i>	socó-dorminhoco	D	F	NI	P								
<i>Butorides striata</i>	socozinho	D	A		P								
<i>Bubulcus ibis</i> exo	garça-vaqueira	D	A		P							Alt	
<i>Ardea cocoi</i>	garça-moura	D	F		P								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Ardea alba</i>	garça-branca-grande	D	A	NI	P								
<i>Syrigma sibilatrix</i>	maria-faceira	D	A		M								
<i>Egretta thula</i>	garça-branca-pequena	D	A	NI	P								
THRESKIORNITHIDAE													
<i>Mesembrinibis cayennensis</i>	coró-coró	D	F		M								
<i>Phimosus infuscatus</i>	tapicuru	D	A	NI/AG	M								
<i>Theristicus caudatus</i>	curicaca	D	A	NI	P								
<i>Platalea ajaja</i>	colhereiro	D	A	NI	M							PM	
CATHARTIFORMES													
CATHARTIDAE													
<i>Sarcoramphus papa</i>	urubu-rei	T	G		M							PM	
<i>Coragyps atratus</i>	urubu-preto	T	G		P							PM	II
<i>Cathartes aura</i>	urubu-de-cabeça-vermelha	T	G		P							VN	
ACCIPITRIFORMES													
ACCIPITRIDAE													
<i>Elanus leucurus</i>	gavião-peneira	T	A		P							PM	
<i>Leptodon cayanensis</i>	gavião-gato	T	F		M							Alt	
<i>Elanoides forficatus</i>	gavião-tesoura	T	F	AG	M							VN	
<i>Spizaetus tyrannus</i>	gavião-pegas-macaco	T	F		M						VU		
<i>Spizaetus melanoleucus</i>	gavião-pato	T	F		G						VU		
<i>Rostrhamus sociabilis</i>	gavião-caramujeiro	T	F	AG/AE	P							PM	
<i>Ictinia plumbea</i>	sovi	T	F		M							PM	
<i>Accipiter poliogaster</i>	tauató-pintado	T	F		G						VU	PM	
<i>Accipiter striatus</i>	tauató-miúdo	T	F		M							PM	
<i>Heterospizias meridionalis</i>	gavião-caboclo	T	A		P							PM	

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Urubitinga urubitinga</i>	gavião-preto	T	F		M								
<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	T	F		P								
<i>Parabuteo leucorrhous</i>	gavião-de-sobre-branco	T	F		M								
<i>Geranoaetus albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco	T	A		P							PM	
<i>Pseudastur polionotus</i>	gavião-pombo-grande	T	F		G		x						
<i>Buteo brachyurus</i>	gavião-de-asa-curta	T	F		M							PM	
STRIGIFORMES													
TYTONIDAE													
<i>Tyto furcata</i>	suindara	T	G		P								
STRIGIDAE													
<i>Megascops choliba</i>	corujinha-do-mato	T	F		P								
<i>Megascops sanctaecatarinae</i>	corujinha-do-sul	T	F		P		x						
<i>Pulsatrix koeniswaldiana</i>	murucututu-de-barriga-amarela	T	F		G		x						
<i>Strix hylophila</i>	coruja-listrada	T	F		G		x						
<i>Strix virgata</i>	coruja-do-mato	T	F		M								
<i>Strix huhula</i>	coruja-preta	T	F		G						CR		
<i>Glaucidium brasilianum</i>	caburé	T	F		P								
<i>Athene cunicularia</i>	coruja-buraqueira	T	G		P								
<i>Aegolius harrisi</i>	caburé-acanelado	T	F		G						VU		
<i>Asio clamator</i>	coruja-orelhuda	T	F		P								
<i>Asio stygius</i>	mocho-diabo	T	F		M								
TROGONIFORMES													
TROGONIDAE													
<i>Trogon surrucura</i>	sucuruá-variado	T	F		P								
<i>Trogon chrysochloros</i>		T	F		M		x						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
CORACIIFORMES													
MOMOTIDAE													
<i>Baryphthengus ruficapillus</i>	juruva	T	F		M		x						
ALCEDINIDAE													
<i>Megaceryle torquata</i>	martim-pescador-grande	T	F		P							PM	
<i>Chloroceryle amazona</i>	martim-pescador-verde	T	F		P							PM	
<i>Chloroceryle americana</i>	martim-pescador-pequeno	T	F		P							PM	
GALBULIFORMES													
BUCCONIDAE													
<i>Nonnula rubecula</i>	macuru	T	F		G								
<i>Nystalus chacuru</i>	joão-bobo	T	A		M								
PICIFORMES													
RAMPHASTIDAE													
<i>Ramphastos dicolorus</i>	tucano-de-bico-verde	T	F		M		x						
<i>Selenidera maculirostris</i>	araçari-poca	T	F		M		x						
PICIDAE													
<i>Picumnus temminckii</i>	picapauzinho-de-coleira	T	F		M		x						
<i>Picumnus nebulosus</i>	picapauzinho-carijó	T	F		M		x						
<i>Melanerpes candidus</i>	pica-pau-branco	T	F		P								
<i>Melanerpes flavifrons</i>	benedito-de-testa-amarela	T	F		M		x						
<i>Veniliornis spilogaster</i>	pica-pau-verde-carijó	T	F		M								
<i>Campephilus robustus</i>	pica-pau-rei	T	F		M		x						
<i>Dryocopus lineatus</i>	pica-pau-de-banda-branca	T	F		P								
<i>Celeus galeatus</i>	pica-pau-de-cara-canela	T	F		G		x		VU	EN	EN		
<i>Celeus flavescens</i>	pica-pau-de-cabeça-amarela	T	F		M								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Piculus aurulentus</i>	pica-pau-dourado	T	F		M		x						
<i>Colaptes melanochloros</i>	pica-pau-verde-barrado	T	F		P								
<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	T	A		P							Alt	
FALCONIFORMES													
FALCONIDAE													
<i>Micrastur ruficollis</i>	falcão-caburé	T	F		M								
<i>Micrastur semitorquatus</i>	falcão-relógio	T	F		M								
<i>Caracara plancus</i>	carcará	T	G		P								
<i>Milvago chimachima</i>	carrapateiro	T	F		P								
<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri	T	A		P							PM	
<i>Falco femoralis</i>	falcão-de-coleira	T	A		P							PM	
<i>Falco peregrinus</i>	falcão-peregrino	T	G	AR	M							VN	
PSITTACIFORMES													
PSITTACIDAE													
<i>Pionopsitta pileata</i>	cuiú-cuiú	T	F		M		x						
<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca-verde	T	F		M								
<i>Amazona vinacea</i>	papagaio-de-peito-roxo	T	F		G		x		EN	VU	VU		
<i>Amazona aestiva</i>	papagaio-louro	T	F		M								
<i>Forpus xanthopterygius</i>	tuim	T	F		P							Alt	
<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriba-de-testa-vermelha	T	F		M		x						
<i>Aratinga auricapillus</i>	jandaia-de-testa-vermelha	T	F		M	x							
<i>Primolius maracana</i>	maracanã	T	F		M						EN		
<i>Psittacara leucophthalmus</i>	periquitão	T	F		P								
PASSERIFORMES													
THAMNOPHILIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Rhopias gularis</i>	choquinha-de-garganta-pintada	T	F		M	x	x						
<i>Dysithamnus mentalis</i>	choquinha-lisa	T	F		M							Alt	
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>	chorozinho-de-asa-vermelha	T	F		M		x						
<i>Thamnophilus ruficapillus</i>	choca-de-chapéu-vermelho	T	G		P								
<i>Thamnophilus caerulescens</i>	choca-da-mata	T	F		P								
<i>Batara cinerea</i>	matracão	T	F	CB	M								
<i>Mackenziaena leachii</i>	borralhara-assobiadora	T	F	CB	M		x						
<i>Mackenziaena severa</i>	borralhara	T	F		M		x						
<i>Biatas nigropectus</i>	papo-branco	T	F	BB	G		x		VU				
<i>Pyriglena leucoptera</i>	papa-taoca-do-sul	T	F		M		x						
<i>Drymophila rubricollis</i>	trovoada-dublê	T	F	BB	M		x						
<i>Drymophila malura</i>	choquinha-carijó	T	F	CB	M		x						
CONOPOPHAGIDAE													
<i>Conopophaga lineata</i>	chupa-dente	T	F		M		x						
GRALLARIIDAE													
<i>Grallaria varia</i>	tovacuçu	T	F		G								
<i>Cryptopezus nattereri</i>	pinto-do-mato	T	F		G		x						
RHINOCRYPTIDAE													
<i>Psilorhamphus guttatus</i>	tapaculo-pintado	T	F		M		x						
<i>Eleoscytalopus indigoticus</i>	macuquinho	T	F		M	x	x						
<i>Scytalopus iraiensis</i>	tapaculo-da-várzea	T	A	CH	G	x		x	EN	EN	CR		
<i>Scytalopus speluncae</i>	tapaculo-preto	T	F		M	x	x						
FORMICARIIDAE													
<i>Chamaeza campanisona</i>	tovaca-campainha	T	F		G								
<i>Chamaeza ruficauda</i>	tovaca-de-rabo-vermelho	T	F		G		x						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
SCLERURIDAE													
<i>Sclerurus scansor</i>	vira-folha	T	F		G		x						
DENDROCOLAPTIDAE													
<i>Sittasomus griseicapillus</i>	arapaçu-verde	T	F		M								
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	arapaçu-grande	T	F		M								
<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	arapaçu-de-garganta-branca	T	F		M		x						
<i>Xiphorhynchus fuscus</i>	arapaçu-rajado	T	F		G								
<i>Campylorhamphus falcularius</i>	arapaçu-de-bico-torto	T	F	BB	G		x						
<i>Lepidocolaptes falcinellus</i>	arapaçu-escamoso-do-sul	T	F		M		x						
XENOPIIDAE													
<i>Xenops rutilans</i>	bico-virado-carijó	T	F		M								
FURNARIIDAE													
<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro	T	G		P								
<i>Lochmias nematura</i>	joão-porca	T	F	BR	M								
<i>Heliobletus contaminatus</i>	trepadorzinho	T	F		G		x						
<i>Syndactyla rufosuperciliata</i>	trepador-quiete	T	F		M								
<i>Dendroma rufa</i>	limpa-folha-de-testa-baia	T	F		M								
<i>Clibanornis dendrocolaptoides</i>	cisqueiro	T	F	BR	M		x						
<i>Automolus leucophthalmus</i>	barranqueiro-de-olho-branco	T	F		M		x						
<i>Leptasthenura striolata</i>	grimpeirinho	T	F		M	x	x				EN		
<i>Leptasthenura setaria</i>	grimpeiro	T	F		P		x						
<i>Anumbius annumbi</i>	cochicho	T	A		M								
<i>Cranioleuca obsoleta</i>	arredio-oliváceo	T	F		M		x						
<i>Cranioleuca pallida</i>	arredio-pálido	T	F		M	x	x						
<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	curutié	T	A	CH	M								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Synallaxis cinerascens</i>	pipuí	T	F		M		x						
<i>Synallaxis ruficapilla</i>	pichororé	T	F		M		x						
<i>Synallaxis spixi</i>	joão-teneném	T	F		P								
PIPRIDAE													
<i>Chiroxiphia caudata</i>	tangará	T	F		M		x						
COTINGIDAE													
<i>Phibalura flavirostris</i>	tesourinha-da-mata	T	F		M		x				VU	Alt	
<i>Pyroderus scutatus</i>	pavó	T	F		M								
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga	T	F		G		x		VU			Alt	
TITYRIDAE													
<i>Schiffornis virescens</i>	flautim	T	F		M		x						
<i>Tityra inquisitor</i>	anambé-branco-de-bochecha-parda	T	F		M								
<i>Tityra cayana</i>	anambé-branco-de-rabo-preto	T	F		M								
<i>Pachyramphus viridis</i>	caneleiro-verde	T	F		M								
<i>Pachyramphus castaneus</i>	caneleiro	T	F		M								
<i>Pachyramphus polychopterus</i>	caneleiro-preto	T	F		P							PM	
<i>Pachyramphus validus</i>	caneleiro-de-chapéu-preto	T	F		M							PM	
PIPRITIDAE													
<i>Piprites chloris</i>	papinho-amarelo	T	F		G						VU		
PLATYRINCHIDAE													
<i>Platyrinchus mystaceus</i>	patinho	T	F		M								
RHYNCHOCYCLIDAE													
<i>Mionectes rufiventris</i>	abre-asa-de-cabeça-cinza	T	F		M		x						
<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	cabeçudo	T	F		M								
<i>Corythopsis delalandi</i>	estalador-do-norte	T	F		M								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Phylloscartes eximius</i>	barbudinho	T	F		M		x						
<i>Phylloscartes ventralis</i>	borboletinha-do-mato	T	F		M								
<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	bico-chato-de-orelha-preta	T	F		M								
<i>Todirostrum cinereum</i>	ferreirinho-relógio	T	F		P								
<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i>	tororó	T	F	CB	M								
<i>Myiornis auricularis</i>	muidinho	T	F		P		x						
<i>Hemitriccus diops</i>	olho-falso	T	F	BB	M		x						
<i>Hemitriccus obsoletus</i>	catraca	T	F	BB	M		x						
TYRANNIDAE													
<i>Hirundinea ferruginea</i>	gibão-de-couro	T	A		P								
<i>Euscarthmus meloryphus</i>	barulhento	T	A		P								
<i>Tyranniscus burmeisteri</i>	piolhinho-chiador	T	F		M								
<i>Camptostoma obsoletum</i>	risadinha	T	F		P							Alt	
<i>Elaenia flavogaster</i>	guaracava-de-barriga-amarela	T	F		P							PM	
<i>Elaenia spectabilis</i>	guaracava-grande	T	F		P							PM	
<i>Elaenia parvirostris</i>	tuque-pium	T	F		P							PM	
<i>Elaenia mesoleuca</i>	tuque	T	F		P		x					PM	
<i>Elaenia obscura</i>	tucão	T	F		M								
<i>Myiopagis caniceps</i>	guaracava-cinzenta	T	F		M							Alt	
<i>Myiopagis viridicata</i>	guaracava-de-crista-alaranjada	T	F		M							PM	
<i>Phyllomyias virescens</i>	piolhinho-verdoso	T	F		M		x						
<i>Phyllomyias fasciatus</i>	piolhinho	T	F		M								
<i>Culicivora caudacuta</i>	papa-mosca-do-campo	T	A	CA	G				VU		EN		
<i>Serpophaga nigricans</i>	joão-pobre	T	F		P								
<i>Serpophaga subcristata</i>	alegrinho	T	F		P							VO	

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Attila phoenicurus</i>	capitão-castanho	T	F		G								
<i>Legatus leucophaeus</i>	bem-te-vi-pirata	T	F		P							PM	
<i>Myiarchus swainsoni</i>	irré	T	F		P							PM	
<i>Myiarchus ferrox</i>	maria-cavaleira	T	F		P								
<i>Sirystes sibilator</i>	gritador	T	F		M								
<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	T	G		P							PM	
<i>Machetornis rixosa</i>	suiriri-cavaleiro	T	G		P								
<i>Myiodynastes maculatus</i>	bem-te-vi-rajado	T	F		P							PM	
<i>Megarynchus pitangua</i>	neinei	T	F		P								
<i>Myiozetetes similis</i>	bentevizinho-de-penacho-vermelho	T	F		P								
<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri	T	G		P							PM	
<i>Tyrannus savana</i>	tesourinha	T	G	AG	P							PM	
<i>Empidonomus varius</i>	peitica-de-chapéu-preto	T	F		P							PM	
<i>Colonia colonus</i>	viuvinha	T	F		P								
<i>Arundinicola leucocephala</i>	freirinha	T	A	CH	M								
<i>Pyrocephalus rubinus</i>	príncipe	T	G		P							PM	
<i>Muscipipra vetula</i>	tesoura-cinzenta	T	F		M		x					Alt	
<i>Heteroxolmis dominicanus</i>	noivinha-de-rabo-preto	T	A	CA	G			x	VU	VU	EN		
<i>Myiophobus fasciatus</i>	filipe	T	F		P							PM	
<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	guaracavuçu	T	F		P								
<i>Lathrotriccus euleri</i>	enferrujado	T	F		M							PM	
<i>Contopus cinereus</i>	papa-moscas-cinzento	T	F		P								
<i>Satrapa icterophrys</i>	suiriri-pequeno	T	G		P							Alt	
<i>Knipolegus cyanirostris</i>	maria-preta-de-bico-azulado	T	F		P								
VIREONIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Cyclarhis gujanensis</i>	pitiguari	T	F		P								
<i>Hylophilus poicilotis</i>	verdinho-coroado	T	F		M		x						
<i>Vireo chivi</i>	juruviara	T	F		P							PM	
CORVIDAE													
<i>Cyanocorax caeruleus</i>	gralha-azul	T	F		M		x						
<i>Cyanocorax chrysops</i>	gralha-picaça	T	F		P								
HIRUNDINIDAE													
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	andorinha-pequena-de-casa	V	G		P							VS	
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	andorinha-serradora	V	A	AG	P							PM	
<i>Progne chalybea</i>	andorinha-grande	V	G	AG	P							PM	
<i>Tachycineta albiventer</i>	andorinha-do-rio	V	F		P								
<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	andorinha-de-sobre-branco	V	A		P								
<i>Petrochelidon pyrrhonota</i>	andorinha-de-dorso-acanelado	V	A		P							VN	
TROGLODYTIDAE													
<i>Troglodytes musculus</i>	corruíra	T	F		P								
POLIOPTILIDAE													
<i>Polioptila lactea</i>	balança-rabo-leitoso	T	F		M		x						
TURDIDAE													
<i>Turdus flavipes</i>	sabiá-una	T	F		M							Alt	
<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranco	T	F		P								
<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	T	F		P								
<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca	T	F		P							PM	
<i>Turdus subalaris</i>	sabiá-ferreiro	T	F		P							PM	
<i>Turdus albicollis</i>	sabiá-coleira	T	F		M							Alt	
MIMIDAE													

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo	T	G		P								
MOTACILLIDAE													
<i>Anthus chii</i>	caminheiro-zumbidor	T	A	CL	P								
<i>Anthus hellmayri</i>	caminheiro-de-barriga-acanelada	T	A		P								
FRINGILLIDAE													
<i>Spinus magellanicus</i>	pintassilgo	T	A		G							Alt	
<i>Cyanophonia cyanocephala</i>	gaturamo-rei	T	F		P							Alt	
<i>Chlorophonia cyanea</i>	gaturamo-bandeira	T	F		M		x					Alt	
<i>Euphonia chlorotica</i>	fim-fim	T	F		P								
<i>Euphonia chalybea</i>	cais-cais	T	F		M		x						
<i>Euphonia violacea</i>	gaturamo-verdadeiro	T	F		P								
PASSERELLIDAE													
<i>Ammodramus humeralis</i>	tico-ticodo-campo	T	A		P								
<i>Arremon flavirostris</i>	tico-tico-de-bico-amarelo	T	F		M	x							
<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	T	G		P							Alt	
ICTERIDAE													
<i>Leistes superciliaris</i>	polícia-inglesa-do-sul	T	A		P								
<i>Cacicus haemorrhous</i>	guaxe	T	F	NI	P								
<i>Icterus pyrrhopterus</i>	encontro	T	F		M								
<i>Molothrus rufoaxillaris</i>	chupim-azeviche	T	A		P								
<i>Molothrus bonariensis</i>	chupim	T	F		P							Alt	
<i>Gnorimopsar chopi</i>	pássaro-preto	T	A		P								
<i>Pseudoleistes guirahuro</i>	chupim-do-brejo	T	A	CH	P								
PARULIDAE													
<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	pia-cobra	T	F		P								

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Setophaga pitayumi</i>	mariquita	T	F		M							Alt	
<i>Myiothlypis leucoblephara</i>	pula-pula-assobiador	T	F		M								
<i>Myiothlypis rivularis</i>	pul-pula-ribeirinho	T	F	BR	M		x						
<i>Basileuterus culicivorus</i>	pula-pula	T	F		M								
CARDINALIDAE													
<i>Piranga flava</i>	sanhaço-de-fogo	T	F		P							Alt	
<i>Habia rubica</i>	tiê-de-bando	T	F		G								
<i>Amaurospiza moesta</i>	negrinho-do-mato	T	F	BB	M								
<i>Cyanoloxia glaucocaerulea</i>	azulinho	T	A		P							PM	
<i>Cyanoloxia brissonii</i>	azulão	T	G		M								
THRAUPIDAE													
<i>Embernagra platensis</i>	sabiá-do-banhado	T	A	CH	P								
<i>Emberizoides ypiranganus</i>	canário-do-brejo	T	A	CH	M								
<i>Hemithraupis guira</i>	saíra-de-papo-preto	T	F		P								
<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha	T	F		P							PM	
<i>Dacnis cayana</i>	saí-azul	T	F		P							Alt	
<i>Saltator similis</i>	trinca-ferro	T	F		P								
<i>Saltator maxillosus</i>	bico-grosso	T	F		M		x					Alt	
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	T	F		P								
<i>Asemospiza fuliginosa</i>	cigarra-preta	T	F	BB	P								
<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	T	A		P							Alt	
<i>Trichothraupis melanops</i>	tiê-de-topete	T	F		M								
<i>Coryphospingus cucullatus</i>	tico-tico-rei	T	F		P								
<i>Tachyphonus coronatus</i>	tiê-preto	T	F		P		x						
<i>Sporophila falcirostris</i>	cigarrinha-do-sul	T	F	BB	G		x		VU	VU	EN		

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO				BG			CONS			MIG	P12
		TE	UH	EH	GS	BR	MA	CS	IUCN	BR	PR		
<i>Sporophila caerulea</i>	coleirinho	T	A		P							PM	
<i>Sporophila hypoxantha</i>	caboclinho-de-barriga-vermelha	T	A	CH	G					VU	VU	PM	
<i>Sporophila cinnamomea</i>	caboclinho-de-chapéu-cinzento	T	A	CA	G				VU		EN		I-II
<i>Sporophila angolensis</i>	curió	T	F		P						VU		
<i>Poospiza nigrorufa</i>	quem-te-vestiu	T	A	CH	M								
<i>Thlypopsis pyrrhocomma</i>	cabecinha-castanha	T	F		M		x						
<i>Donacospiza albifrons</i>	tico-tico-do-banhado	T	A	CH	P								
<i>Microspingus cabanisi</i>	queto-do-sul	T	F		M		x						
<i>Conirostrum speciosum</i>	figuinha-de-rabo-castanho	T	F		P								
<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra	T	G		P								
<i>Sicalis luteola</i>	tipio	T	A		P								
<i>Haplospiza unicolor</i>	cigarra-bambu	T	F	BB	M		x						
<i>Pipraeidea melanonota</i>	saíra-viúva	T	F		P							Alt	
<i>Rauenia bonariensis</i>	sanhaço-papa-laranja	T	F		P								
<i>Stephanophorus diadematus</i>	sanhaço-frade	T	F		P								
<i>Cissopis leverianus</i>	tietinga	T	F		P								
<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaço-cinzento	T	F		P								
<i>Thraupis palmarum</i>	sanhaço-do-coqueiro	T	F		P								
<i>Stelpnia preciosa</i>	saíra-preciosa	T	F		P								
<i>Tangara seledon</i>	saíra-sete-cores	T	F		M		x						

LEGENDA: Indicadores ecológicos (ECO): TE, tipo ecológico (T, terrestre; D, aquático dulcícola; M, aquático marinho; V, aerícola); UH, uso do habitat (A, espécie de habitats abertos; G, espécie generalista; F, espécie florestal); EH, dependência de habitats ou condições ecológicas particulares (AE, alimentação especializada; AG, grandes agregações uni-específicas sazonais/circadianas; AR, afloramentos rochosos e cavernas; BH, brejos com vegetação herbácea densa; BR, beiras de rios, matas ciliares; BU, buritizais/carnaubais; CA, campo arbustivo; CB, brenhas, cipoais, bromélias; CC, corticícola; CH, campo úmido; CL, campo limpo; HL, habitats lacustres grandes; MS, matas secas; NI, ninhais; PF, praias fluviais). GS – Graus de sensibilidade a antropismos (P, pequena, espécie resiliente; M, média, espécie pouco sensível; G, alta, espécie sensível. **Indicadores biogeográficos (BG):** BR, endêmica do Brasil; MA, endêmica da Mata Atlântica; CS, endêmica dos Campos Sulinos; **Indicadores de conservação (CONS):** IUCN (âmbito global); BR (âmbito federal); PR (âmbito estadual) nas categorias: CR(PRW), criticamente em Perigo (Possivelmente Extinta na Natureza); CR, Criticamente em Perigo;



EN, em perigo; VU, vulnerável. **Migração (MIG):** VN, visitante setentrional; VS, visitante meridional; VL, visitante do leste; VO, visitante do oeste); **P12:** mencionadas como migratórias pela Portaria nº12/2018, nos apêndices 1 ou 2.

Lista de herpetofauna confirmada ou supositiva ocorrência no Parque Estadual Santa Clara, com indicadores ecológicos (ECO), biogeográficos (BG) e de conservação (CONS).

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG			CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR
ANFÍBIOS										
ANURA										
BRACHYCEPHALIDAE										
<i>Ischnocnema henselii</i>	rã-do-mato	T	TE	FL		x				
BUFONIDAE										
<i>Rhinella henseli</i>	sapo-galinha	T, A	TE	FL, BN		x				
<i>Rhinella icterica</i>	sapo cururu	T, A	TE	CE, BN						
<i>Melanophryniscus</i> sp.	sapinho-de-vila-velha	T	TE	FL	x		x			
ODONTOPHYRIDAE										
<i>Odontophrynus americanus</i>	sapo-da-terra	T	SF	CS, BN						
<i>Proceratophrys avelinoi</i>	sapinho-de-chifres	T, A	SF	FL, BN						
HYLIDAE										
<i>Aplastodiscus perviridis</i>	perereca-verde	T	ES	MC, RF		x				
<i>Dendropsophus minutus</i>	pererequinha	T, A	ES, AS	BN, MC						
<i>Dendropsophus nanus</i>	pererequinha	T, A	ES, AS	BN						
<i>Boana albopunctata</i>	perereca-cabrinha	T, A	ES, AS	BN						
<i>Boana bischoffi</i>	perereca	T, A	ES, AS	BN, MC		x				
<i>Boana faber</i>	sapo-ferreiro	T, A	ES, AS	BN, MC						
<i>Boana prasina</i>	perereca	T, A	ES, AS	BN, MC						
<i>Scinax fuscovarius</i>	perereca	T, A	ES, AS	BN, MC, FL						
<i>Scinax perereca</i>	perereca	T, A	ES, AS	BN						
<i>Scinax squalirostris</i>	perereca-bicuda	T, A	ES, AS	BN, MC						
PHYLLOMEDUSIDAE										

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG			CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR
<i>Phyllomedusa tetraploidea</i>	perereca-verde	T	ES	BN, MC						
ALSODIDAE										
<i>Limnomedusa macroglossa</i>	rã-das-pedras	T, A	TE, AS	RF						
LEPTODACTYLIDAE										
<i>Leptodactylus luctator</i>	rã-manteiga	T, A	TE, AS	BN, CS						
<i>Leptodactylus fuscus</i>	rã	T, A	TE, AS	BN, CS						
<i>Leptodactylus gracilis</i>	rã	T, A	TE, AS	BN						
<i>Physalaemus cuvieri</i>	rã-cachorro	T, A	TE, AS	BN, CS						
<i>Physalaemus gracilis</i>	rã-chorona	T, A	TE, AS	BN						
MICROHYLIDAE										
<i>Elachistocleis bicolor</i>	rã-grilo	T, A	TE, AS	FL, RF						
GYMNOPHIONA										
SIPHONOPIDAE										
<i>Luetkenotyphlus brasiliensis</i>	cecília	T	FS	FL						
RÉPTEIS										
TESTUDINES										
CHELIDAE										
<i>Phrynops williamsi</i>	cágado-rajado	T, A	TE, AS	RF, RL				VU	VU	EN
<i>Hydromedusa tectifera</i>	cágado-pescoço-de-cobra	T, A	TE, AS	RF, RE, RL						
SQUAMATA (LAGARTOS)										
TROPIDURIDAE										
<i>Tropidurus catalanensis</i>	calango	T	ES	AR						
GEKKONIDAE										
<i>Hemidactylus mabouia</i> exo	lagartixa-de-parede	T	ES	FL, CS						
ANGUIDAE										

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG			CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR
<i>Ophiodes fragilis</i>	cobra-de-vidro	T	TE	FL, BN		x				
MABUYIDAE										
<i>Aspronema dorsivittatum</i>	lagartixa-lisa	T	TE	CS						
TEIIDAE										
<i>Contomastix vacariensis</i>	lagartinho-pintado	T	TE	CS	x		x	VU	VU	CR
<i>Salvator merianae</i>	teiú	T	TE	FL, CS, BN						
GYMNOPHTHALMIDAE										
<i>Cercosaura schreibersii</i>	lagartixa-do-campo	T	TE	CS						
SQUAMATA (ANFISBENAS)										
AMPHISBAENIDAE										
<i>Amphisbaena trachura</i>	cobra-cega	T	FS	FL, CS						
<i>Leposternon microcephalum</i>	cobra-cega	T	FS	FL						
SQUAMATA (SERPENTES)										
ANOMALEPIDIDAE										
<i>Liotyphlops ternetzii</i>	cobra-cega	T	FS	FL, CS						
COLUBRIDAE										
<i>Chironius bicarinatus</i>	cobra-cipó	T	AR, TE	CS						
<i>Chironius gouveai</i>	cobra-cipó	T	AR, TE	CS						
<i>Spilotes pullatus</i>	caninana	T	TE, AR	CS						
DIPSADIDAE										
<i>Atractus paraguayensis</i>	cobra-da-terra	T	SF	CS						
<i>Boiruna maculata</i>	muçurana	T	TE	FL, CS						
<i>Echinanthera cyanopleura</i>	cobrinha-da-mata	T	TE	FL		x				
<i>Erythrolamprus miliaris</i>	cobra-d'água	T, A	TE, AS	FL, BN, RC						
<i>Erythrolamprus poecilogyrus</i>	cobra-d'água	T	TE	CS, BN						

TÁXONS	NOMES VERNÁCULOS	ECO			BG			CONS		
		TE	DES	HE	BR	MA	CG	IUCN	BR	PR
<i>Oxyrhopus clathratus</i>	coral-falsa	T	TE	FL						
<i>Oxyrhopus rhombifer</i>	coral-falsa	T	TE	CS, BN						
<i>Paraphimophis rusticus</i>	muçurana-parda	T	TE	FL, CS						
<i>Philodryas olfersii</i>	cobra-verde	T	TE, AR	FL, CS, BN						
<i>Pseudablabes agassizii</i>	corre-campo	T	TE	CS						VU
<i>Pseudablabes patagoniensis</i>	parelheira, corre-campo	T	TE, ES	CS, BN						
<i>Pseudoboa haasi</i>	muçurana	T	TE	CS		x				
<i>Dibernardia bilineata</i>	cobrinha-da-mata	T	TE	FL	x	x				
<i>Dryophylax nattereri</i>	cobra-espada	T	TE, ES	FL, MC, BN						
<i>Mesotes strigatus</i>	cobra-espada	T	TE	FL, MC, BN						
<i>Tomodon dorsatus</i>	cobra-espada	T	TE	FL, MC						
<i>Xenodon neuwiedii</i>	boipeva-da-mata	T	TE	FL		x				
ELAPIDAE										
<i>Micrurus altirostris</i>	coral-verdadeira	T	TE, SF	FL, CS						
VIPERIDAE										
<i>Bothrops alternatus</i>	urutu	T	TE	CS, BN						
<i>Bothrops jararaca</i>	jararaca	T	TE, ES	FL, MC		x				
<i>Bothrops cotiara</i>	cotiara	T	TE	FL		x				
<i>Crotalus durissus</i>	cascavel	T	TE	CS						

Legenda: Indicadores ecológicos (ECO): TE, tipo ecológico (T, terrestre; A, aquático); DES, deslocamento (AQ, aquática, AS, semiaquática, ES, escansorial, AR, arborícola, TE, terrícola, SF, semifossorial, FS, fossorial); HE, habitats especiais (FL: florestas; CS: campos secos; BN: banhados, campos úmidos e várzeas; CE: cerrado; AR: afloramentos rochosos; MC: matas ciliares; RF: riachos e nascentes em ambientes florestais; RC: riachos e nascentes em ambientes abertos; RE: grandes rios encachoeirados e com afloramentos rochosos; RL: grandes rios com fundos lodosos ou arenosos); **Indicadores biogeográficos (BG):** BR, endêmica do Brasil; MA, endêmica da Mata Atlântica; CE, endêmica do Cerrado; CG: endêmica dos campos gerais do sul do Brasil; **Indicadores de conservação (CONS):** IUCN (âmbito global); BR (âmbito federal); PR (âmbito estadual) nas categorias: CR(PRW), Criticamente em Perigo (Possivelmente Extinta na Natureza); CR, Criticamente em Perigo; EN, em perigo; VU, vulnerável; NT, quase ameaçada; DD, deficiente em dados. * Espécie exótica.



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA



Fonte: STCP